



**ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO
CURSO DE ARTILHARIA**

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**“A Origem e Intervenção do Movimento Popular de Libertação de
Angola (MPLA) na luta de Independência Nacional
(1961-1975)”**

AUTOR: AspOf Art Agstinho Silva

ORIENTADOR: Cor Art José Feliciano

LISBOA, MAIO 2010



**ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO
CURSO DE ARTILHARIA**

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**“A Origem e Intervenção do Movimento Popular de Libertação de
Angola (MPLA) na luta de Independência Nacional
(1961-1975)”**

AUTOR: AspOf Art Agostinho Silva

ORIENTADOR: Cor Art José Feliciano

LISBOA, MAIO 2010



DEDICATÓRIA

Aos meus Pais, pela educação e valores transmitidos
à Marlene pela compreensão, carinho e apoio.



AGRADECIMENTOS

Relativamente ao Trabalho de Investigação Aplicada, manifesto o meu agradecimento e a prestimosa ajuda, dedicação e disponibilidade de todos aqueles que permitiram a realização deste trabalho, nomeadamente:

- Ao Coronel de Artilharia José Feliciano, da Academia Militar e meu orientador, pela sua preciosa orientação, disponibilidade, ajuda e esclarecimentos prestados durante todo o trabalho;
- Ao Coronel de Cavalaria (Ref) Carlos de Matos Gomes, pelos esclarecimentos e disponibilidade prestada;
- Ao coronel de Cavalaria da RA Tecas, pelo seu total empenhamento, constante disponibilidade e simpatia manifestada ao longo de toda a execução do TIA e que em muito contribuíram para o produto final;
- Ao Tenente-Coronel de Infantaria da RA Paulo Massongo, pela sua simpatia, disponibilidade e bibliografia fornecida;
- Ao Tenente-Coronel de Infantaria da RA João Victor, pela sua total disponibilidade, simpatia, orientação e enquadramento durante a minha estadia em Angola;
- Ao Major de Infantaria da RA António Brice, da Direcção do Pessoal do Estado Maior do Exército, pela sua disponibilidade, simpatia e contributos prestados;
- Ao Tenente-Coronel de Artilharia Luís Oliveira, da Academia Militar, pelo apoio prestado, simpatia, ajuda e constante disponibilidade durante a realização do TIA;
- A todos os que, de uma forma ou de outra, colaboraram com bibliografia, sugestões, opiniões, ideias e incentivos no sentido de efectivar, melhor e concluir o presente TIA.



ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE ANEXOS	v
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	vi
RESUMO.....	viii
ABSTRACT	ix
INTRODUÇÃO	1
Definição dos Objectivos e Finalidades.....	2
Justificação do Tema	2
Delimitação do Tema	3
Orientação Metodológica	3
Síntese de Conteúdos	4
CAPÍTULO I O MUNDO ENTRE 1970/1974 – UMA PERSPECTIVA AFRICANA	6
I.1 Antecedentes.....	6
I.2 África no Contexto Internacional	7
I.3 A Criação da Organização de Unidade Africana	9
I.4 Grandes Poderes Mundiais face aos Movimentos Independentistas Africanos.....	10
CAPÍTULO II BREVE CARACTERIZAÇÃO DE ANGOLA.....	12
II.1 Análise Geopolítica do Território Angolana	12
II.2 Factor Físico	12
II.3 Factor Humano	14
II.4 Factor Recursos Naturais	15
II.5 A Importância dos Factores Geopolíticos	16
CAPÍTULO III ACTORES POLÍTICOS ANGOLANOS	17
III.1 Síntese Biográfico dos Grandes Líderes dos Movimentos de Libertação.....	17
III.1.1 António Agostinho Neto.....	17
III.1.2 Álvaro Holden Roberto	18
III.1.3 Jonas Malheiro Sidónio Savimbi	19
III.2 O Apoio das Grandes Potências	20



III.3 A Origem dos Movimentos de Libertação de Angola	20
III.4 A Origem e Relações Externas do MPLA.....	21
III.5 A Origem e Relações Externas da FNLA	23
III.6 A Origem e Relações Externas da UNITA.....	24
III.6 Os Movimentos Independentistas e as suas Actividades no Exterior	25
CAPÍTULO IV O MPLA COMO ACTOR DOMINANTE	26
IV.1 As Actividades Militares.....	26
IV.2 Os Apoios Externos	30
IV.3 A Interação com outros Movimentos de Libertação	32
IV.4 O Acordo de Kinshasa de 13 de Dezembro de 1972	36
IV.5 O Acordo de Independência de Angola Assinado pelos três Movimentos	38
CONCLUSÕES	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46



ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO - A	Países Africanos Independentes em 1969/1970	50
ANEXO - B	Grupos Africanos Antagónicos	52
ANEXO - C	Mapa de Angola	53
ANEXO - D	Etnias de Angola	54
ANEXO - E	Produção de Café e Algodão em Angola	55
ANEXO - F	Principais Produtos Mineiros de Angola	56
ANEXO - G	Regiões Político militar do MPLA	57
ANEXO - H	Localização do Comité Clandestino de Luanda	58
ANEXO - I	Localização da Rota Agostinho Neto.....	59
ANEXO - J	Actividades dos Movimentos	60
ANEXO - K	Infiltração dos Movimentos de Libertação em Angola	61
ANEXO - L	Área de fixação e acção dos três movimentos	62



LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

A

AM - Academia Militar

AMANGOLA - Amigos do Manifesto Angolano

ANC - African National Congress

C

CIA - Central Intelligence Agency

CMU - Conselho Militar Unificado

CPA - Conselho Político Angolano

CSLA - Comité de Superior de Libertação de Angola

CFB - Caminho de Ferro de Benguela

CCFAA- Comandante-chefe das Forças Armadas Angolanas

E

ELNA - Exército de Libertação Nacional de Angola

EUA - Estados Unidos de América

F

FAA - Forças Armadas Angolanas

FALA - Forças Armadas de Libertação de Angola

FAO - Food and Agriculture Organization

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

G

GRAE - Governo Revolucionário de Angola no Exílio

J

JMPLA – Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola

M

MINA - Movimento para a Independência Nacional de Angola



MPLA - Movimento de Libertação Popular de Angola

O

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

OUA - Organização de Unidade Africana

P

PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde

PCA - Partido Comunista de Angola

PLUA - Partido e Luta Unida dos Africanos de Angola

R

RDC - República Democrática do Congo

RPC - República Popular do Congo

RPM - Região Política Militar

S

SWAPO - South West Africa People's Organization

T

TIA - Trabalho de Investigação Aplicada

TPOA- Tirocínio Para Oficial de Artilharia

U

UDENAMO - União Democrática Nacional de Moçambique

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola

UPA - União dos Povos Angolanos

UPNA - União dos Povos do Norte de Angola

URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Z

ZAPU - Zimbabwe African Peoples Union



RESUMO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada incide sobre a origem e intervenção do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) na luta de independência nacional (1961-1975), no âmbito da guerra colonial, na qual se definiu como questão fundamental: “Quais as razões que levaram a que o MPLA se constituísse perante a comunidade internacional, como a força dominante no âmbito político no dia 11 de Novembro de 1975?”

Para tal, o estudo encontra-se dividido em quatro capítulos, onde são apresentados os grandes enquadramentos que conduziram às conclusões da pequena súmula de investigação que nos propusemos realizar.

Assim, para familiarizar o leitor com o vasto leque de conhecimentos procurou-se, numa primeira fase, perspectivar o enquadramento histórico, desde o início das disputas internacionais pelas soberanias nos territórios africanos, o papel das grandes potências no processo internacional de descolonização, até ao desenvolvimento da acção da Organização de Unidade Africana (OUA).

De seguida centramo-nos numa breve caracterização de Angola (1970 – 1975), incidindo na análise geopolítica do território angolano, mais concretamente nos factores físico, humano e recursos naturais.

Analisada a questão geopolítica foi necessário proceder a uma “condensada” investigação que nos pudesse caracterizar os actores políticos angolanos, nomeadamente a síntese biográfica dos grandes líderes dos movimentos de libertação, Agostinho Neto, Holden Roberto e Jonas Savimbi, o apoio das grandes potências, a origem dos movimentos de libertação MPLA, FNLA e UNITA e as suas relações externas.

A abordagem do trabalho descreve o modo de como o MPLA definiu e analisou a situação conflitual existente entre os movimentos independentistas no território de Angola, exercendo acções oportunas, internas e externas. Naquele território, o desafio ao Poder português no controlo e conquista da adesão das populações foi lançado principalmente pelo MPLA, através de uma declarada intenção de desenvolver uma política de um partido de cariz nacional com influência em todo o território angolano.

Por fim, faz-se uma caracterização do MPLA como actor dominante, no que se refere as actividades militares, os apoios externos, a interacção com outros movimentos (FNLA e UNITA), o acordo de Kinshasa e o acordo de independência de Angola assinado pelos três movimentos.

Palavras-chave:

ANGOLA; COLONIALISMO; INDEPENDÊNCIA; MPLA.



ABSTRACT

This applied research work relates to the origin and intervention of the Popular Movement for the Liberation of Angola (MPLA) in the struggle for national independence (1961-1975), in the colonial war, the fundamental question may be defined as: What were the that the was reasons constituted before the international community, as the dominant force in the political arena on November 11, 1975?

To this end we divided the study into four chapters, in which are presented the results of the investigation that led to the conclusion of this work.

So, to familiarize the reader with a broad range of knowledge, we first seek to reflect on the historical background, from the beginning of international disputes for African sovereignty in the territories, the role of the great powers in the international process of decolonization, to the development of Organization of African Unity (OAU).

The following is a brief characterization of Angola (1970-1975), focusing on a geopolitical analysis of the Angolan Territory, specifically the physical, and human factors and natural resources factors.

In analyzing the geopolitical question it was necessary to condense the investigation actors, with regard to a biographical summary of the great leaders of liberation movements, Agostinho Neto, Holden Roberto and Jonas Savimbi, the support of major powers, the rise of liberation movement and the source and external relations of the MPLA, FNLA and UNITA.

The approach of TIA outlines how the MPLA defined and examined the conflicting situation between the independence movements in the territory of Angola, and performed timely internal and external actions. That territory, the challenge to the Portuguese power in controlling and winning the support of the populations was obtained mainly by MPLA, the only party with control now at all levels.

Finally, the MPLA is characterized as a dominant player, as regards to military activities, external support, interaction with other movements (FNLA and UNITA), the agreement of Kinshasa and the agreement of Independence of Angola signed by the three movements

Keywords:

ANGOLA; COLONIALISM; INDEPENDENCE; MPLA.



INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) está enquadrado no estágio de natureza profissional do Tirocínio Para Oficial de Artilharia (TPOA) dos cursos da Academia Militar (AM), e tem como finalidade responder à seguinte questão central: *“Quais as razões que levaram a que o MPLA se constituísse perante a comunidade internacional, como a força dominante no âmbito político no dia 11 de Novembro de 1975?”*

As Forças Armadas Portuguesas em Angola enfrentaram, durante os treze anos que durou a Guerra, três movimentos independentistas – A União Dos Povos Angolanos (UPA), que foi fundada em 1958 em Acra, no Ghana, e tinha como líder Holden Roberto e abriu as hostilidades em 1961; o Movimento Popular de Libertação de Angola, que teve a sua origem em 1956, dirigido por Agostinho Neto, desde 1962, ano em que o movimento apareceu na frente Cabinda e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), que foi fundada em 1966 no interior de Angola, no distrito de Moxico, por Jonas Savimbi. *“Estes movimentos não surgiram, pois, simultaneamente no Teatro de Operações de Angola e, à medida que iniciavam a sua actividade de guerrilha, mostravam, em relação aos movimentos que já actuavam, divergências ideológicas e estratégicas inultrapassáveis, tornando-se rivais e chegando mesmo a entrar em conflito armado uns contra os outros”* (Nunes, 2010, p.118).

O objectivo primordial destes movimentos era, evidentemente, a independência e Angola; todavia, enquanto a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), que foi resultado da união da UPA com o Partido Democrático de Angola (PDA), apresentava dificuldades em negociar com o Governo português, o MPLA e a UNITA não excluíram a possibilidade de estabelecer negociações com o Governo Português (Nunes, 2010).

Durante o tempo que durou a guerra, A UPA/FNLA recebia apoio dos países ocidentais, o MPLA recebia-o dos países com grande influências soviéticas e a UNITA, movimento que nunca teve apoios bem definidos e envolvidos no tempo, recebia apoio da China nos primeiros anos da sua criação. Mais tarde outros países também apoiaram a guerrilha, como é o caso da Suécia. No entanto, dentro do continente africano, durante os 13 anos de luta, a FNLA recebeu apoio da pro-ocidental República Democrática do Congo (RDC), (Congo ex-belga, tornado independente em 1960) que, entretanto, o negava ao MPLA, que tinha fortes ligações com a União Soviética. O MPLA, por sua vez, abriu a Frente de Cabinda em 1962, não apenas porque só nessa altura se sentiu preparado, mas porque tal apenas foi possível



depois do Golpe de Estado de Alphonse Massamba Debat¹ na República Popular do Congo (RPC) (Congo ex-francês, também independente em 1960), que conduziu o país para a esfera de influência soviética.

A forma como a guerra desenrolou em Angola está ligada ao desenvolvimento da Guerra fria em África, onde os soviéticos de algum modo se anteciparam aos americanos logo desde a conferência de Bandung², em 1955. Esse facto veio a condicionar o posicionamento da FNLA e do MPLA no conflito angolano.

Definição dos Objectivos e Finalidades

O objectivo do trabalho vai para além do mero resumo das literaturas críticas da história, até porque são muitas, mas sim, partindo delas como base para a aplicação de uma teoria de conhecimentos, sobre o caso concreto da guerra em Angola que ocorreu no período de 1961-1975.

A investigação terá como finalidade abordar o processo de independência de Angola, destacando a origem e o papel do MPLA em relação aos outros movimentos de libertação, as relações externas, a formação das suas forças políticas e militares bem como a condução das suas principais acções que o levaram a constituir-se como o movimento dominante durante o período da independência de Angola.

Justificação da Escolha do Tema

Decorridos cerca de três décadas, do fim do grande acontecimento na história político militar de Portugal e de Angola, este está ainda presente na memória de todos aqueles que presenciaram esta tragédia, assim como muitos já desaparecidos mas que, no entanto, deixaram testemunhos de relevo na matéria em análise.

Assim, o estudo do processo da luta de independência de Angola constitui um caso diferenciado na descolonização dos países africanos, pois é relevante uma conflitualidade que ocorreu em simultâneo com o confronto com o regime colonial. Mediante pesquisas podemos identificar os factores que estiveram na génese da criação dos movimentos políticos bem como identificar as causas que estiveram na origem dos conflitos entre os

¹ Alphonse Massamba Debat (1921-1977), foi uma figura política da República Democrática do Congo, que governou o país desde 1963 a 1968. Massamba Debat antes de se tornar presidente da RDC, foi presidente do Conselho Nacional da Revolução, onde foi declarado o primeiro-ministro no dia seguinte, e o Conselho Nacional da Revolução foi declarado o único partido político legal do país. Massamba Debat tornou-se presidente em 19 de Dezembro de 1963. O Governo de Massamba-Debat foi derrubado em 4 de Setembro de 1968 por Marien Ngouabi.

² A conferência de Bandung realizou-se de 18 a 25 de Abril de 1955 na Indonésia, e estiveram reunidos vinte e nove chefes de estados africanos e asiáticos que tinham conquistado as suas independências. A importância da conferência de Bandung advém pelo facto de, pela primeira vez na história dos países do terceiro mundo reunirem por sua iniciativa e tentarem resolver os seus problemas.



diferentes movimentos. Com esta investigação pretende-se identificar a hegemonia militar que o MPLA tinha em relação aos outros movimentos de libertação.

Delimitação do Tema

Ao abordarmos um tema desta natureza, bastante vasto e fértil, existe a necessidade de fazer a limitação precisa das fronteiras de pesquisa, bem como dos campos que pretendemos abranger. Por isso, apesar da luta de libertação nacional ser transversal por três movimentos de libertação angolanos, vamos cingir-nos com mais evidências ao MPLA uma vez que está directamente ligado a temática em estudo.

Deste modo, é de relevante sublinhar que neste Trabalho de Investigação Aplicada, o foco temporal da pesquisa avançou para o período da luta anticolonial dos anos 1961 e 1975, uma vez com a atenção voltada para a actuação do MPLA, buscando conhecer as razões que levaram o seu posicionamento no cenário mais amplo do nacionalismo angolano, suas propostas de como levar à frente a luta contra o regime colonial português e ao mesmo tempo aos movimentos de libertação que eram seus oponentes, bem como a sua estratégia de correlacionar seus interesses com os interesses externos.

Orientação Metodológica

Segundo Sarmiento (2008), a metodologia visa a descrição precisa do problema, dos métodos, da técnica e dos instrumentos de pesquisa utilizados no trabalho. Os procedimentos utilizados devem ser descritos de forma lógica.

No presente trabalho, com vista à recolha dados e de determinada informação, os métodos de investigação basearam-se sobretudo na pesquisa bibliográfica e documental.

O nosso processo de investigação científica desenrolou-se em 2009 com a pesquisa bibliográfica na biblioteca da AM, com o objectivo de encontrar informação que nos permitisse identificar o nosso problema de investigação.

O passo seguinte no processo de investigação foi a formulação das questões, às quais seria pertinente obter uma resposta, sobretudo à questão que definimos como central: “ **Quais as razões que levaram a que o MPLA se constituísse perante a comunidade internacional, como a força dominante no âmbito político no dia 11 de Novembro de 1975?**”

A partir desta questão central surgem algumas questões derivadas:

- Como se caracteriza o sistema político, em especial em África, em 1970/1974?
- Como se caracteriza Angola numa perspectiva geopolítica?
- Como se caracterizam os principais actores políticos angolanos, e quais os seus apoios?



- Quais as actividades político-militares do MPLA que o levaram a ser o movimento dominante?

Para dar resposta às questões em causa analisamos com rigor dois livros publicados pelo Movimento Popular de libertação de Angola, da autoria de Marcelo Bittencourt, um livro sobre a história de Angola, da autoria de Douglas Wheeler e René Pélissier, bem como os livros publicados pelo Estado Maior do Exército de Portugal (EME), referentes a Comissão para o Estudo das Campanhas de África (CECA), nomeadamente Resenha Históricas das Campanhas de África, Tomo 1 e Tomo2.

É fundamental destacar a deslocação que efectuei a Angola, em Fevereiro de 2010, autorizada pelo Comandante da Academia Militar, que veio a alterar de forma significativa a perspectiva da análise em questão. Obtive algumas percepções nem sempre desejadas, mas igualmente importantes e necessárias ao aprimoramento da análise e que posteriormente foram objectos de uma investigação mais aprofundada.

Assim, após alguma reflexão sobre o tema em investigação, construímos as hipóteses de investigação, “ *estas são proposições conjecturais que constituem respostas possíveis às questões de investigação* ” (Sarmento, 2008, p.9).

Obtendo assim as seguintes hipóteses:

1. O sistema político no continente africano foi condicionado pela dimensão global da Guerra-Fria.
2. Angola é um país com elevada importância estratégica na África Austral, nomeadamente no que se refere aos seus factores geopolíticos físico, humano e recursos naturais.
3. Actores políticos com orientações ideológicas diferenciadas, bem estruturados, com influências a nível internacional, mas com dificuldades de encontrarem pontos de convergência nos seus objectivos comuns.
4. A crescente legitimidade internacional foi suportada por lideranças esclarecidas e bem preparadas politicamente que souberam aproveitar a conjuntura internacional que lhes era favorável, nomeadamente na dinâmica de poderes decorrente do final da segunda Guerra Mundial com especial incidência nos interesses do bloco soviético.

Síntese de Conteúdos

O presente trabalho é constituído por uma Introdução, quatro Capítulos e Conclusões.

Após a Introdução, procurou-se perspectivar o enquadramento histórico, desde o início das disputas internacionais pelas soberanias nos territórios africanos, o papel das grandes potências no processo internacional de descolonização, até ao desenvolvimento da acção da Organização de Unidade Africana (OUA).



De seguida centramo-nos numa breve caracterização de Angola (1970 – 1975), incidindo na análise geopolítica do território angolano, mais concretamente nos factores físico, humano e recursos naturais.

Analisada a questão geopolítica foi necessário proceder a uma investigação que nos pudesse caracterizar os actores políticos angolanos, nomeadamente a síntese biográfica dos grandes líderes dos movimentos de libertação, Agostinho Neto, Holden Roberto e Jonas Savimbi, o apoio das grandes potências, a origem dos movimentos de libertação MPLA, FNLA e UNITA e as suas relações externas.

Por fim, faz-se uma caracterização do MPLA como actor dominante, no que se refere as actividades militares, os apoios externos, a interacção com outros movimentos (FNLA e UNITA), o acordo de Kinshasa e o acordo de independência de Angola assinado pelos três movimentos.

Procurar-se-á saber através de confrontação de informação o que realmente foi obtido e formular-se-á as respectivas conclusões, onde se pretende, fundamentalmente, responder à questão central e efectuar a confirmação ou a negação das hipóteses levantadas. Para uma melhor sustentação do trabalho decidimos integrar uma série de anexos que ajudem a compreender o mesmo de uma forma coerente.



CAPÍTULO I

O MUNDO ENTRE 1970/1974 – UMA PERSPECTIVA AFRICANA

I.1 Antecedentes

Após a segunda guerra mundial (1939-1945), com a derrota da Alemanha, houve alteração da ordem internacional³, passando esta a ser controlada pelas grandes potências vencedoras da grande guerra, sendo que a Ordem Internacional passou a ser Bipolar, com a formação de dois blocos: O Bloco Comunista liderado pela URSS e o Bloco Capitalista liderado pelos EUA. Deste modo, os países vencedores da segunda Grande Guerra assinaram o Tratado de Potsdam,⁴ em que consistia numa divisão do mundo em duas esferas de influência política: O mundo ocidental, sob liderança dos EUA e o mundo oriental, sob orientação da URSS (Moreira, 2005).

“A política internacional, no que refere-se a política externa, passou a ser dominada por esses dois blocos, fixando os seus interesses numa estratégia de luta para se atingir o poder, com objectivo de alcançar a supremacia da política internacional, o que pressupunha o emprego de uma análise realista das relações internacionais” (Morgenthau, 1996, p.5). Foi neste contexto, que os dois blocos intensificaram as suas políticas externas para a África, tornando este continente num verdadeiro palco subsidiário da guerra fria.

Deste modo, o bloco dirigido pelos EUA compreendia os países da Europa ocidental, da América (com excepção de Cuba), numerosos países de África, Ásia e Oceânia. O bloco dirigido pela União Soviética, por sua vez, compreendia países da Europa do Leste, alguns países de África e da Ásia, e Cuba (a partir de 1961). No entanto, com vista a fazer face aos seus objectivos, tanto os EUA como a URSS adoptaram vários métodos para poder expandir a sua área de influência. Dentre os métodos destacam-se o apoio a países amigos com ajuda militar ou económica e o apoio a movimentos independentistas que se tentavam afirmar internacionalmente.

No caso de África, tanto a estratégia dos EUA como a da URSS incidiram e fomentaram claramente a criação de movimentos de libertação, com reflexos, particularmente, na África

³ Com a derrota da Alemanha, houve um vazio geopolítico na Europa, que deixou de ter aquela preponderância que tinha no período entre guerras, face as consequências da Segunda Guerra Mundial, que o fez ficar completamente devastado do ponto de vista económico, político e militar, dando lugar a duas superpotências, com tradições política económicas totalmente antagónicas (EUA, URSS).

⁴ Tratado de Potsdam consistia na divisão da Alemanha em quatro sectores: russo, americano, inglês e francês.



Lusófona e Francófona, que contribuiu decisivamente para o avanço das guerras coloniais destes movimentos de libertação contra o regime dominante.

I.2 África no Contexto Internacional

Durante os anos de 1945 e 1952, alastrou-se por todos os países colonizados de África um sentimento de independência⁵, sentimento esse especialmente assumido pelas elites urbanas coloniais, que tinham intervenção determinante, um vasto conjunto de aquisições culturais baseadas na sua própria história e nas tradições ancestrais, na religião, nas doutrinas marxistas e nos contactos com outros povos.

“As independências consolidaram-se primeiro no Oriente, com a União Indiana a exercer o papel de referência, seguindo posteriormente para o mundo Árabe e para a África” (Afonso; Gomes, 2000, p.52).

Em África, a origem da resistência anticolonial iniciou-se na zona islâmica setentrional, com a revolução egípcia de 1952, com as independências do Sudão, Tunísia e Marrocos, em 1956 e, especialmente, com a luta de libertação argelina (1954-1962). As ideias libertadoras estenderam-se, contudo, após 1957, à África subsariana, primeiro às colónias ocidentais britânicas e depois às francesas, ao Congo Belga e aos territórios britânicos da África Central e Oriental. Este movimento esbarrou, contudo, com a postura política portuguesa e com os países do Sul do continente (Afonso; Gomes, 2000).

Na África subsariana, o Gana marcou o arranque para a libertação, com autonomia interna desde 1950 e independência desde 1957, pela mão de Kwame N’kruh⁶. Foi, aliás, este dirigente quem, com o seu projecto de formar uma organização dos Estados Unidos de África, transformou Acra na sede do pan-africanismo, local onde se efectuaram, em 1958, a I Conferência dos Estados Africanos Independentes e a Conferência dos Povos Africanos.

“A realização dos congressos pan-africanos que se iniciaram em África, frutificou nos nacionalismos e nos desejos de independências, incentivando o sonho de libertação dos povos africanos, dando também origem a rivalidades entre personalidades que se preparavam para a liderança de África” (CECA, 2006, p.19).

Na primeira conferência, participaram os primeiros sete países independentes do continente africano: Etiópia, Libéria, Marrocos, Egipto, Tunísia, Ghana, Guiné-Conacri e Sudão; na segunda, estiveram presentes diversos partidos, movimentos de libertação e organizações

⁵ Anexo A.

⁶ Político ganês, nasceu em 1909 e faleceu em 1972 em Conacri, na Guiné. Estudou nos Estados Unidos e na Inglaterra, entre 1935 e 1947, voltando neste ano ao seu país, onde colocou-se à frente do Partido da Convenção Popular. Foi preso, em 1950, e libertado no mesmo ano, logo após a sua eleição para a Assembleia Legislativa, em 1951. A partir de 1952, assume o cargo de primeiro-ministro e lidera a luta pela independência da colónia, obtida em 1957, mesmo ano em que conheceu Hodem Roberto.: RIBEIRO, Luís Dário Teixeira. Uma Introdução à História da Descolonização 1996 p. 56.



sindicais, tanto em representação de países independentes como de organizações nacionalistas de outros territórios.

As conferências realizadas no Ghana, como as efectuadas depois em Monróvia e Conacri (1959), Addis Abeba e Tunes (1960), e no Cairo e Libéria (1961), constituíram um preâmbulo para a futura formação da Organização de Unidade Africana (OUA). Um dos principais objectivos de toda esta movimentação foi, sem dúvidas, o da discussão da forma e do alcance da unidade africana. Três tendências acabaram por se mostrar em posições difíceis de conciliar: os partidários da unidade dos povos, para além dos estados; os que apenas desejavam o aprofundamento da colaboração intergovernamental; e os que davam preferência à colaboração regional, como forma de uma futura unidade mais profunda (CECA, 2006).

As divisões entre os novos estados africanos tinham uma importante componente na forma de entendimento das futuras relações com a Europa na era pós-colonial. De facto, os mais pró-ocidentais acabaram por ser os menos pan-africanistas, vindo a constituir o Grupo de Brazzaville, em Dezembro de 1960, integrado pelo Congo-Brazzaville, Senegal, Chade, República Centro-Africana, Costa do Marfim, Níger, Alto Volta, Mauritânia, Gabão, Benin, Madagáscar e Camarões. Em Janeiro de 1961, os seus oponentes, radicalmente pan-africanistas, constituem o chamado Grupo de Casablanca que era constituído por: Marrocos, Ghana, Guiné-Conacri, Egipto, Mali e a Frente de Libertação Nacional Argelina⁷, que em 28 de Junho de 1961 realizou uma conferência que teve como tema central “A situação em Angola será criada em todos os países dependentes e o Mundo ouvirá a voz da África”. Ali estiveram presentes grandes personalidades africanas como Amílcar Cabral⁸, pelo PAIGC; Adelino Guambe⁹ e Marcelino dos Santos, pelo UDENAMO (Moçambique); Mário Pinto de Andrade¹⁰, pelo MPLA e ainda um representante da UPA.

As divergências entre os dois grupos mostraram-se profundas, mas finalmente, em Janeiro de 1962, em Lagos, organizou-se uma terceira tendência inter-africana, conhecida como Grupo de Monróvia, integrando a Libéria, Nigéria, Etiópia, Serra Leoa, Somália, Tunísia e Líbia, com o objectivo de fazer a ponte entre os dois sectores mais radicais. Acabou, aliás, por ser no decurso desta conferência que se estabeleceram as bases do que viria a ser a Organização dos Estados Africanos, com a recusa de qualquer fusão dos estados existentes, resultantes das circunstâncias da sua história e da ligação colonial à Europa, e

⁷ Anexo B.

⁸ Amílcar Cabral (1924-1973), oriundo de Cabo Verde estudou agronomia em Portugal e foi o fundador do Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde. Nas suas ideologias afirmava que a luta que se desenvolvia não era contra o povo português mas sim contra as autoridades portuguesas.

⁹ Adelino Guambe foi fundador da UDENAMO, precisamente a primeira formação política a manifestar-se disposta a lutar pela Independência de Moçambique.

¹⁰ Mário Pinto de Andrade (1928-1990), foi um dirigente nacionalista angolano, um dos primeiros e mais destacados líderes do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).



da proclamação da igualdade e da soberania de cada um dos estados constituídos. “ *No ano seguinte, em Addis-Abeba, estes princípios seriam consagrados com a constituição da OUA, cujo papel se tornaria determinante no apoio à luta de libertação dos restantes territórios africanos*” (Bittencourt, 2008, p.145).

I.3 A Criação da Organização de Unidade Africana (OUA)

“ *Quando foi convocada a Conferência de Adis-Abeba, que decorreu de 22 a 25 de Maio de 1963, continuava latente a rivalidade entre o Grupo da Casablanca e o Grupo de Brazzaville* ” (CECA, 2006, p.21). Havia por toda a África desentendimentos de variada ordem, que por sua vez agravou-se com o assassinato de Sylvanus Olimpio, presidente do Togo, em 1963. Estiveram nesta mesma conferência, como observadores, representantes dos movimentos de libertação africanos, nomeadamente da UPA, MPLA, FRELIMO E PAIGC. Desta conferência que teve o seu término do dia 25 de Maio de 1963, nasceu a Carta da Organização da Unidade Africana (OUA), cujos principais órgãos eram a conferência dos Chefes de Estados e de Governo, o Conselho de Ministros, o Secretariado-geral e a Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem.

A OUA foi inicialmente constituída por 30 países africanos, cujos seus objectivos¹¹, segundo o artigo 2º da carta fundamental, eram, entre outros, os seguintes:

- Reforçar a unidade e solidariedade dos Estados africanos;
- Defender a sua integridade territorial a e sua independência;
- Eliminar, sob todas as formas, o colonialismo em África.

Este último objectivo acabou por se transformar no mais importante da organização, que nele concentrou todos os seus esforços.

A OUA procurou resolver problemas internos do continente, numa tentativa de dispersar a intervenção de potências externas, mas os conflitos africanos acabaram, de forma geral, por se resolver à margem da sua mediação, como é o caso da guerra da secessão do Catanga (1960-1965), a independência branca da Rodésia (1966-1979) ou o conflito do Biafra (1967-1970).

Entre as acções da OUA que visaram especialmente a questão colonial portuguesa, deve destacar-se o reconhecimento do Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), formado pela FNLA e encabeçado por Holden Roberto, em 1964, como único representante de Angola. Esta situação foi-se, contudo, alterando, com a concessão de ajuda ao MPLA de Agostinho Neto, a partir de 1967, e o abandono da FNLA, para, em Novembro de 1972, novamente serem reconhecidos os dois movimentos com a intenção de se poderem unir. Só

¹¹ www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhregionais/carta-africa.html acedido no dia 15 de Janeiro de 2010, as 15:30.



nas vésperas do Acordo de Alvor, a OUA legitimava também a UNITA como organização anticolonialista (1974).

Pode dizer-se que a “*OUA entre 1961-1974 se tornou numa verdadeira tribuna contra a presença portuguesa em África e num forte abrigo dos Movimentos Independentistas contra Portugal, que dela se serviam para mundo fora a sua ideologia*” (CECA, 2006, p.25).

I.4 Os Grandes Poderes Mundiais face aos Movimentos Independentistas Africanos

É relevante sublinhar que o interesse geoestratégico pelo continente africano, para além da faixa mediterrânea, foi posta em revelo na prática após a II Guerra Mundial. Desde então, a África passou a ser um teatro de manobras, desejado pelas superpotências, que pretendiam atingir objectivos específicos e decisivos para o domínio mundial. Estas apoiaram as ideologias e os movimentos independentistas, que lhes ajudavam na expulsão dos colonizadores europeus.

Na esfera política, pode dizer-se que foi a criação da ONU, que impulsionou decisivamente a descolonização de África. As independências do continente confirmariam um crescente número de votos, na Assembleia Geral das Nações Unidas, àqueles dos dois blocos que melhor conseguisse conquistar a melhor adesão dos novos Estados aos seus programas.

Com a formação dos dois blocos oponente e em equilíbrio de forças, surgiu uma nova estratégia, que relegou para o segundo plano a estratégia clássica. A guerra transbordou do campo das armas para o campo da reivindicação social e passou a processar-se em âmbito territorial nacional, mas com amplitudes internacionais (Garcia, 2003).

A conferência de Bandung, realizada em 1955 na Indonésia, marca decisivamente o aprofundar do movimento anticolonialista africano, sendo mesmo apontada como a impulsionadora da revolução africana. Numa das mensagens finais da conferência de Bandung é declarado o apoio pleno aos princípios fundamentais do Direito do Homem e o princípio da autodeterminação dos povos e das nações, tal como o referido na carta das Nações Unidas, afirmando-se também a condenação do colonialismo. Ali, acentuando-se que a dependência dos povos à dominação e à exploração estrangeira constituía um obstáculo dos direitos elementares do Homem, que por sua vez era contrária à Carta das Nações Unidas e um impedimento ao progresso da paz e da cooperação mundial, declarando-se ainda o apoio à causa da liberdade e da independência para todos os povos subjugados e convidando-se as potências em causa a acordarem a liberdade e independência a estes povos.

As grandes potências não foram as únicas que deram o apoio aos movimentos independentistas. Estes contavam também com o apoio de organizações internacionais como a ONU e a OUA, recebendo no seio da ONU, o apoio conjunto dos Estados Africanos, independentes dos países e organizações ocidentais socialistas, democráticas, trabalhistas,



religiosas, entre outras, que se encontravam crescentemente sensibilizados contra o chamado imperialismo e colonialismo, invocando o direito dos povos à autodeterminação. Na acção subversiva, metódica e eficiente, transpondo os conceitos de frente e retaguarda, o apoio de organizações como a OUA legitimou a luta, internacionalizando-a politicamente. Todavia, foi por intermédio do apoio desta organização que foi possível manter a acção dos movimentos independentistas (Garcia, 2003).



CAPITULO II

BREVE CARACTERIZAÇÃO DE ANGOLA

II.1 Análise Geopolítica do Território Angolano

A geopolítica pode ser definida como a “ *ciência que estuda os fenómenos físicos, biológicos e humanos localizados na superfície terrestre e, principalmente, o estudo da sua distribuição, das forças que os determinam e das suas relações recíprocas* ”(Dias, 2005, p.60).

A análise dos factores geopolíticos é usada para conjurar potencialidades e vulnerabilidades. Estes factores “...*não definem, por si só, o Poder de determinado actor, mas providenciam contribuição significativa para tal e para uma decorrente interpretação da realidade, quer nacional, quer internacional, utilizada em diferentes escalas, desde a regional até à mundial*” (Dias, 2005, p.222).

Para o estudo da caracterização de Angola vamos analisar três factores, que em nosso entender justificam atenção redobrada no período que vivemos e nos permitem relevar aspectos que reputamos de bastante interesse. Assim, vamos analisar os Factores Físico, Humano e Recursos Naturais.

II.2 Factor Físico

O factor físico é extremamente importante por permitir caracterizar o país com rigor, tendo ainda a vantagem de ser o factor mais estável e aquele que pode ser analisado com maior antecedência.

“ *Angola encontra-se situado na costa ocidental, na transição entre a África Central e a África Austral. Faz fronteiras com a República Democrática do Congo a norte e a leste, a Zâmbia a leste, e a Namíbia a sul; a oeste o país é banhado pelo oceano atlântico. O enclave de Cabinda faz fronteira com a República do Congo a norte e com a República Democrática do Congo a leste e a sul, sendo banhado pelo oceano Atlântico a oeste*¹²” (Junqueira; Pires, 2009, p.36).

Angola estende-se entre os 5 e os 18 graus de latitude sul, e entre os 12 e 24 graus de longitude a leste de Greenwich. A topografia de Angola pode ser dividida em três zonas principais que são: “ *primeiro, há uma região costeira de terras baixas, com pouco mais de 150 quilómetros no seu ponto mais largo, que abrange quase toda a faixa longitudinal do país desde o extremo norte, junto à foz do rio Congo, até ao extremo sul; a seguir, encontramos uma faixa estreita de subplanalto que se eleva de 300 a 1000 metros de*

¹² Ver anexo C.



altitude; por ultimo, uma zona mais oriental, um verdadeiro planalto, eleva-se numa séries de mesetas com uma altitude entre 1200 e 2100 metros, aproximadamente” (Wheeler; Pélissier, 2009, p.26).

Em Angola existe uma grande diversidade de climas, vegetação e relevo. A dimensão do território angolano é de 1.246.700 quilómetros quadrados de área, o equivalente a cerca de catorze vezes o tamanho de Portugal continental. O ponto mais alto de Angola é o morro Moco com 2620 metros de altura, que se encontra na zona do Huambo, no planalto central, onde os altos-relevos se orientam no sentido sul-oeste e norte-este.

A analogia geográfica de Angola é, à semelhança de outras características do país, fragmentaria. “ *Existem pelo menos duas orientações principais que reclamam a atenção de Angola: para oeste, o Oceano Atlântico; para norte e leste, a bacia do rio Congo” (Cruz, 1940.p.49).*

De modo geral, o terreno em Angola desce, a partir do paralelo 10º sul, para a bacia do rio Congo, e a este inclina-se para a depressão central da África Austral, até ao deserto do Calahari¹³.

Em Angola encontramos vários tipos de climas, devido à extensão do território, à presenças da corrente fria de Benguela e à influência das montanhas no interior. Deste modo, a regiões de Angola são classificadas de acordo com os seguintes tipos de climas: a região de Cabinda é dominada por um clima equatorial; grande parte do norte do planalto central – Dembos, tropical húmido; as regiões altas do sul – Huíla, tropical seco; as planícies costeiras do norte, temperado húmido; o sul, semidesértico. Existem também duas estações principais: a estação das chuvas, que começa normalmente no início de Outubro e se prolonga, com variações de pluviosidade, até fins de Abril ou início de Maio, e uma estação seca, que é conhecida como “*cacimbo*”, que dura de Maio a Setembro (Afonso; Gomes, 2000).

“A maior parte dos rios de Angola têm como origem o planalto do Bié e correm em três orientações: para o atlântico, para o sul-sueste e para norte” (Afonso; Gomes, 2000 ,p.60).

No que respeita a parte norte, os rios são, de modo geral, de difícil transposição devido à corrente e às margens cobertas de densa floresta tropical. No entanto, os rios mais importantes da região norte de Angola são¹⁴:

- Rio Zaire, desagua no Soio, faz fronteira com a Republica Democrática do Congo, numa extensão de 150 quilómetros;
- Rio M’Bridge, desagua em Ambrizete e constitui a bacia hidrográfica onde se situam Bembe e Maquela do Zombo;

¹³ Deserto do calahari Também conhecido por deserto do Calaari, tem uma superfície de 900 mil quilómetros quadrados e localiza-se no Sul de África, repartindo-se pelo Botswana, Namíbia e África do Sul.

¹⁴ Ver anexo C.



- Rio Loge desagua no Ambriz e atravessa as zonas dos Dembos, Ndalatando (Carmona) e Negaje;
- Rio Dande, desagua a norte de Luanda e atravessa também os Dembos e Quibaxe.

Na parte leste, os rios têm, em geral, margens baixas e correm por planícies, transbordando durante a época das chuvas e criando zonas alagadas e pantanosas, sendo que os rios mais importantes são:

- Rio Cassai, atravessa as zonas de Camanongue, Cassai e Luau, serve também de fronteira com a República Democrática do Congo, numa extensão de 400 quilómetros;
- Rio Luena, um afluente do Zambeze que atravessa a zona de Luena e Lumeje, servindo de fronteira à zona da Cameia;
- Rio Cuando, atravessa as regiões da N’riquinha e da Luiana e se perde numa zona pantanosa da Namíbia.

O rio Zambeze embora não tenha a sua origem em Angola, é importante também ser referenciado, pois atravessa o saliente do Cazombo e recebe vários afluentes de grande interesse militar e económico a nível da África Austral.

II.3 Factor Humano

“O Factor Humano é um dos factores geopolíticos mais importantes, devendo ser analisado em qualidade e em quantidade, mas utilizando múltiplos indicadores que nos dizem das capacidades, valores, coesão nacional e possibilidade de fragmentação de uma unidade geopolítica” (Leal, 2004, p.28). É sem dúvida um factor que diz muito acerca da fase de desenvolvimento de um povo e da sua capacidade para progredir ou regredir.

Angola é uma sociedade plural, composta por vários grupos culturais¹⁵, onde a maior parte da população são falantes da língua bantu, integrando um grupo que ocupa cerca de um terço do continente africano.

Os principais grupos etnolinguísticos entre os povos angolanos são os seguintes: os bacongos, os quimbundos, os ovimbundo, os lunda-quioco, os nganguela, os nyanekahumbe, os herero e os ambo.

Os bacongos, que falam o quicongo, são o povo que se encontra mais a norte, no enclave de Cabinda e nas regiões noroeste de Angola.

Os povos quimbundo, de língua quimbundo, estão localizados sobretudo na área de Luanda e no baixo vale do Cuanza. A população quimbundo soma mais de 700 mil indivíduos, mas pode incluir outras 400 mil pessoas cujas culturas reflectem as influências quimbundo.

¹⁵ Ver anexo D.



Os ovimbundo, estão situados nas regiões do planalto central de Angola. Constituíam o grupo cultural mais numeroso desta sociedade plural, com mais de um terço da população de raça negra do país.

Os lunda-quioco, com uma população de mais de 500 mil pessoas, vivem no nordeste de Angola.

Os povos nganguelas¹⁶, cuja a população é estimada em cerca de 350 mil indivíduos, foram apanhados entre os ovimbundos e os quioco-lunda, que dividiram algumas terras nativa dos nganguelas.

O povo nyaneka-humbe conta com cerca de 150 mil indivíduos, estão localizados na região do planalto de Humpata, no distrito da Huíla e no vale Cunene.

O povo migratório herero¹⁷, do sudoeste de Angola, conta com mais de 20 mil indivíduos e vive na planície árida.

O povo ambo é um pequeno grupo, contando apenas com 60 mil indivíduos que habitam as planícies secas a leste de Cunene (Afonso; Gomes, 2000).

II.4 Factor Recursos Naturais

Durante o ano 1970, o principal produto agrícola de Angola com grande comercialização internacional era o café¹⁸. Cerca de 200 mil pessoas viviam directa ou indirectamente deste produto, que representava cerca de 32% de todas as exportações, que eram destinados para países como os EUA e os países baixos.

O algodão era uma cultura obrigatória para os africanos antes de 1961. Os acontecimentos da Baixa de Cassange, em Janeiro deste ano, e as consequências do inicio da guerra alteraram a situação, provocando a modernização do sector, com maior recurso à modernização. A produção passa das 5 mil toneladas ano, em 1960, para as 29 mil em 1970, sendo totalmente absorvida pela indústria têxtil metropolitana.

“ Os principais produtos mineiros eram o petróleo, minérios de ferro e diamantes. A exploração de diamantes tem aumentado significativamente logo a partir de 1962, sendo os minérios de ferro e o petróleo os produtos a sofrerem um aumento exponencial a partir de 1967, apesar das suas reservas serem recentemente descobertas, estes minerais prometiam um grande potencial económico para o país” (Afonso; Gomes, 2000, p.61).

No entanto, Angola era, no conjunto da África austral, o país que gozava de maior autonomia económica e possuía um conjunto rico e diversificado de minerais. Por outro lado, Angola era um país mais vasto com um território mais coeso, um maior desenvolvimento interno e uma maior extensão de planaltos férteis (Wheeler; Pélissier, 2009).

¹⁶ Ver anexo D.

¹⁷ Ver anexo D.

¹⁸ Ver anexo E.



II.5 A Importância dos Factores Geopolíticos

Dentre os factores geopolíticos analisados, é importante sublinhar que do factor físico sobressai que Angola possui um enorme potencial de recursos hídricos graças aos grandes e poderosos rios que atravessam o País. As bacias hidroeléctricas destes rios foram muito importantes na constituição das áreas de operações no Leste desse país. “ *Foi junto a estes cursos de água e dos seus afluentes que os guerrilheiros dos movimentos de libertação de Angola instalaram as suas bases e que as populações organizaram o apoio que lhes garantiu a sobrevivência*” (Afonso; Gomes, 2000, p.60).

Do factor humano é importante referir que, durante o período da guerra colonial, os movimentos de libertação armaram e organizaram elementos das populações locais e constituíram com eles unidades integradas, em grau variável, nos seus grupos de guerrilha, para combaterem ao seu serviço e de acordo com os seus interesses.

Esses movimentos procuravam o envolvimento físico das populações dos vários distritos de Angola de modo a criar clivagens e antagonismos que demarcassem campos de actuação e dificultassem o alargamento das bases de apoio das diferentes forças envolvidas no teatro de guerra, exercendo deste modo, um serviço de intensa acção psicológica.

Do factor recursos naturais, podemos afirmar que, durante os anos 60, Angola foi particularmente um armazém de matérias-primas e de produtos primários e um mercado dos produtos semi-transformados da economia metropolitana. As estruturas industriais praticamente não existiam na colónia, os investimentos desencorajados e a penetração dos capitais estrangeiros severamente regulamentada.

O período das independências dos países africanos veio, porém, exercer uma pressão externa considerável em 1961, ano que de uma forma geral marcou, por consequência, o início de um novo período e a década caracterizar-se-á por modificações importantes na acção colonialista. O território foi aberto aos investimentos nacionais e estrangeiros. As exportações de ferro e de petróleo¹⁹ ocuparam lugares cimeiros ao lado de produtos «tradicionais», como o café e os diamantes, e as importações para equipamento tornaram-se realmente significativas, tornando cada vez mais aliciante o interesse das grandes potências e da comunidade internacional por aquele território.

¹⁹ Ver anexo F.



CAPITULO III

ACTORES POLÍTICOS ANGOLANOS

III.1 Síntese Biográfico dos Grandes Líderes dos Movimentos de Libertação

III.1.1 António Agostinho Neto (1922 – 1979)

António Agostinho Neto nasceu em Kaxicane na província do Bengo em 1922 e morreu em 10 de Setembro de 1979, vítima de doença.

Agostinho Neto, formou-se em medicina em Lisboa e fez parte, com Amílcar Cabral, Lúcio Lara²⁰ e Mário de Andrade, entre outros, da geração de estudantes africanos que, tendo ganho consciência nacionalista, viria a desempenhar papel decisivo na independência dos seus países, Preso pela PIDE e deportado para o Tarrafal, em Cabo Verde, foi-lhe fixada residência em Portugal, de onde fugiu para o exílio, assumindo a direcção do MPLA, do qual já era o presidente honorário desde 1962.

Com a Revolução de 25 de Abril em Portugal e a queda do regime imposto por Salazar²¹, continuado por Marcelo Caetano²², em 25 de Abril de 1974, Agostinho Neto considerou reunidas as condições mínimas indispensáveis, quer a nível interno, quer a nível externo, para assinar um acordo de cessar-fogo com o Governo Português, o que veio a acontecer em Outubro do mesmo ano.

O que caracteriza a acção política deste homem culto, intelectualmente respeitado e poeta de reconhecido mérito, é a dificuldade em afirmar a autoridade no interior do seu movimento e de se impor externamente. A sua história e a história do seu MPLA são uma sucessão de rupturas e dissensões internas com Viriato da Cruz, com Mário de Andrade, e com os elementos da Revolta Activa, que impedem a congregação à sua volta do apoio inequívoco

²⁰ Lúcio Lara, é um dos fundadores do MPLA, nasceu em 1929, na província central do Huambo, onde fez os seus estudos primários e secundários antes de frequentar a Universidade de Coimbra, em Portugal. Iniciou as suas actividades patrióticas em 1949 na "Casa dos estudantes do Império", com o primeiro Presidente de Angola, Agostinho Neto, com quem formou o primeiro núcleo clandestino anti-colonial antes da fundação do MPLA. Em Janeiro de 1959, chefiava uma delegação à conferência Pan-africana de Túnis, Tunísia, onde consegue a autorização para o MPLA e o PAIGC instalarem os primeiros escritórios na Guiné- Conacri. Ainda em 1974, Lúcio Lara chefiava a delegação que abre a primeira representação oficial do MPLA em Luanda, tendo posteriormente inaugurado outra delegação no Huambo, Bié e Namibe, todas no centro do país.

²¹ António de Oliveira Salazar (1889 – 1970), foi estadista português, professor na Universidade de Coimbra, ministro das finanças (1928 – 1932), presidente do conselho (1932 – 1968), ministro da Defesa e notabilizou-se durante o Estado novo pelo exercício de autoritarismo em todos os sectores no tempo em que esteve no poder. Afastou desde o início qualquer negociação, tendo em vista a independência das colónias portuguesas.

²² Marcelo Caetano (1898 – 1980), chega ao poder em 1968 substituindo ao Dr. Oliveira Salazar. Criou grandes expectativas no processo de descolonização das colónias portuguesas, visto que tinha prometido grandes reformas no seu discurso inicial, quanto a uma eventual descolonização, porém, essas expectativas duraram pouco tempo, visto que, herdou a política anterior, dando a continuidade a guerra.



dos nacionalistas angolanos e das organizações internacionais, de modo a transformar o MPLA em pólo unificador da luta anticolonial, atraindo outros movimentos e formações, como aconteceu, na Guiné, com o PAIGC de Amílcar Cabral, e com a Frelimo de Samora Machel, em Moçambique.

Agostinho Neto que na África de expressão portuguesa é comparável à Amílcar Cabral e Eduardo Modlane²³, foi um esclarecido homem de cultura, membro fundador da União dos Escritores Angolanos e o primeiro presidente da República de Angola (Barradas, 2005).

III.1.2 Álvaro Holden Roberto (1923 – 2007)

Álvaro Holden Roberto, dirigente nacionalista angolano, nasceu em 1923, no município de Mbanza Kongo, ex- São Salvador, na província do Zaire.

Holden Roberto, desenvolveu um trajecto atribulado no seio dos movimentos anticoloniais. Começou a sua actividade política em 1954, com a fundação da União dos Povos do Norte de Angola (UPNA), uma organização de povos bakongos, mais tarde designada UPA para lhe extrair o carácter tribal. Em 1960, assinou um acordo com o MPLA, que rompe passados seis meses, decidindo assumir por si só a liderança da luta contra o colonialismo português. A sua grande acção teve início no dia 15 de Março, no Norte de Angola, com o assalto às fazendas do café e a morte indiscriminada de colonos brancos e trabalhadores negros bailundos. A brutalidade e a ausência de finalidade desta acção, em que os objectivos políticos e militares nunca foram esclarecidos, condicionaram toda a subsequente luta anticolonial e forneceram ao regime português as imagens de horror e barbárie que lhe permitiram apelar à mobilização para a guerra. Em 1962, criou a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), da qual se tornou presidente. Esta organização constituiu o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), onde Jonas Savimbi surge como ministro dos Negócios Estrangeiros. Holden Roberto manteve sempre uma estreita ligação com Mobutu²⁴, presidente do Zaire, país em que se instalaram as bases do movimento. Embora tenha recebido armas dos países de Leste, a sua ligação privilegiada foi sempre com os EUA, que lhe pagam uma avença anual e fornecem conselho técnico, inclusive com a presença de agentes nas suas bases.

²³ Eduardo Chivambo Mondlane (1920-1969), foi o primeiro presidente da FRELIMO, nasceu na província de Gaza, estudou na África do Sul, Portugal e EUA, formou-se em Sociologia e Antropologia na Universidade de Oberlin. Foi funcionário das Nações Unidas em Nova Iorque e professor na Universidade de Syracuse.

²⁴ Mobutu Sese Seko (14 de Outubro de 1930 - 7 de Setembro de 1997, seu nome significa em português: O Todo-poderoso Guerreiro que, Por Sua Força e Inabalável Vontade de Vencer, Vai de Conquista em Conquista, Deixando fogo em seu rastro, seu nome de baptismo era Joseph Desiré Mobutu. Foi o presidente do Zaire entre 1965 e 1997. Com uma imagem marcada pelo uso de um chapéu de pele de leopardo e uma bengala, fica para a história contemporânea de África como um dos mais poderosos governantes do continente.



III.1.3 Jonas Malheiro Sidónio Savimbi (1934 – 2002)

Jonas Savimbi foi um político angolano, fundador da UNITA, nasceu no dia 3 de Agosto de 1934 e faleceu em 22 de Fevereiro de 2002. Frequentou a sétimo ano do liceu Passos Manuel, em Lisboa, de onde saiu em 1961 apoiado por uma organização protestante América, que dirigia jovens estudantes para o escritório da UPA em Paris. Como funcionário da UPA, em 1961, Movimento que era liderado por Holden Roberto, Savimbi desempenhou as funções de Secretário-geral e chegou a ser ministro do GRAE.

Por divergências com Holden Roberto e após a passagem pela China afastou-se do Movimento²⁵ e fixou-se na Zâmbia onde formou a AMANGOLA – Amigos do Manifesto Angolano. “ Neste Manifesto, Savimbi, já depois de consumir a ruptura com o GRAE, atacou os dirigentes dos Movimentos emancipalistas e expôs um programa que consistia essencialmente no alastramento da luta ao Leste de Angola e da subversão ao Sul do território” (CECA, 2006, p.101).

No decorrer do início da sua actividade política, Jonas Savimbi obteve contactos privilegiados com entidades políticas e religiosas, nomeadamente as embaixadas da República Popular da China e dos EUA, e promoveu repetidamente tendências fraccionistas de raiz étnica.

“No início de 1966, Savimbi fundou a CURA - Comité da Unidade Revolucionária Angolana e, pouco depois, a UNITA, também conhecida na época como NUTIA – National Union of Total Independence of Angola, fundada em 13 de Março de 1966 na província do Moxico, no interior de Angola, com escritórios em Lusaka” (CECA, 2006, p.101).

Savimbi estabeleceu contactos com as autoridades coloniais portuguesas, desde 1969, nomeadamente com a DGS, os quais vieram a culminar na Operação Madeira²⁶. Essa acção resultou num protocolo de colaboração de Savimbi com as Forças Portuguesas, em que este se comprometeu combater o MPLA no Leste de Angola, em troca do apoio dos militares à acção da UNITA junto das populações controladas por este movimento.

Em 1975, Savimbi esteve juntamente com Agostinho Neto e Holden Roberto em Alvor, Portugal, para estabelecer um acordo com o Governo português sobre a formulação pela qual Angola se tornaria independente.

Em 22 de Fevereiro de 2002, Jonas Savimbi foi morto em combate pelas Forças Armadas Angolanas (FAA), na província do Moxico.

²⁵ Na sessão do Cairo de 13 a 17 de Julho de 1964, do Conselho de Ministros da OUA.

²⁶ A Operação Madeira foi uma acção desencadeada pelo exército português em 1970 - 1972 contra a FNLA e o MPLA no Leste de Angola, em que as forças portuguesas contaram com a colaboração da UNITA.



III.2 O Apoio das Grandes Potências

“ No século XX, tal como no século XIX, os territórios continentais portugueses em África foram contestados por potências que apenas pretendiam substituir Portugal” (Garcia, 2003, p.144).

Perante um conflito como o de Angola, onde existiam três movimentos independentistas com grande expressão, os apoios internacionais eram derivados dos mais variados organismos políticos e económicos, percebendo-se, por estes, de quem dependia e a quem interessava o conflito. Nesta época, referente ao contexto em análise, a situação que se vivia era a do equilíbrio pelo conflito mútuo assegurado, situando-se os territórios ultramarinos na zona de confluência dos poderes políticos das superpotências em competição (Garcia, 2003). O apoio aos movimentos independentistas era feito pelas superpotências que se mostraram dispostos, mal a vitória fosse alcançada, a incluírem-se na sua zona de influência.

Os apoios da URSS a movimentos de libertação eram, assim, missão de primeiríssima ordem. No caso concreto de Angola, nenhuma outra potência fora de África apoiou o MPLA no mesmo grau que a URSS.

Os EUA, apoiaram os movimentos independentistas quer através do longo braço invisível da CIA (Central Intelligence Agency), no caso concreto no apoio a UPA, quer, através de organizações não Governamentais ou ainda, de organizações internacionais como a ONU. O apoio decisivo apareceu, nomeadamente, no período compreendido entre 1957 e 1961.

A China apoiava quer governos estabelecidos quer os grupos revolucionários que se lhe opunham, como aconteceu na Nigéria e no Ghana.

Em Angola, foi feita a selecção dos quadros dos movimentos para frequentar cursos de formação política e militar, normalmente na URSS e na China. Após o regresso, eram destinados a exercer funções de maior responsabilidade, no âmbito da organização do movimento (Garcia, 2003).

III.3 A Origem dos Movimentos de Libertação de Angola

A luta de libertação dos povos africanos, que esteve muitos séculos sob domínio europeu, teve o seu início no período pós segunda guerra mundial, com reclamações pacíficas ou violentas, que atingiram o seu patamar mais elevado durante a década de 1960²⁷. Grande parte do território africano obteve a independência, com a formação de vários países, onde anteriormente existiam colónias. Os territórios que estiveram sob domínio português sofreram um processo de descolonização muito mais lento e árduo. Angola foi um dos

²⁷ Em 1960, dezassete países conquistaram a independência: Benim, Burkina Faso, Camarões, Chade, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Madagáscar, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, República Centro - Africana, Senegal, Somália, Togo e Zaire. Ver: MELO, José Ernesto. Cronologia sobre a História da África Contemporânea



últimos países do continente africano a conseguir a independência nacional, em 11 de Novembro de 1975, sendo, no entanto, a única colónia portuguesa, onde a luta para a conquista da independência nacional aconteceu por intervenção de três movimentos de libertação, com orientações ideológicas diferentes, onde a seguir serão descritos quanto às suas origens, apoios externos, ideologias e áreas de influência geográfica.

III.3.1 A Origem e as Relações Externas do MPLA

“ De acordo com a versão oficial divulgada pelo MPLA, o movimento foi criado em 10 de Dezembro de 1956, e era chefiado pelo poeta Mário de Andrade²⁸, em Luanda, após a unificação do Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUA) com outros grupos patrióticos ocultos, entre eles o Movimento de Independência Nacional Angolano (MINA) e o partido Comunista Angolano (PCA)” (Melo, 1988, p. 267).

O MPLA foi constituído com o objectivo de obter uma finalização urgente da dominação portuguesa em Angola, através dos seguintes pressupostos: Reconhecimento solene e imediato do povo angolano à auto-determinação; amnistia total e incondicional e também libertação imediata de todos os presos políticos; estabelecimento das liberdades públicas; retirada imediata das forças armadas portuguesas e liquidação imediata das bases militares existentes em território angolano; convocação, de uma mesa redonda formada por representantes de todos os partidos políticos angolanos e por representantes do governo português, com vista à solução pacífica do problema colonial de Angola (CECA-1998).

Em 1962, António Agostinho Neto ausentou-se de Portugal e juntou-se à direcção do MPLA, que tinha sido transferido para Leopoldville, (actual Kinshasa, capital da República Democrática do Congo). Mário de Andrade cedeu então da presidência do MPLA em favor de Agostinho Neto, naquele tempo a figura carismática mais expressiva do nacionalismo angolano.

O MPLA, que foi liderado por Mário Pedro Pinto de Andrade e Agostinho Neto, teve grande base social, nacional e popular, foi um movimento de carácter marxista e, recebeu, ao longo do processo de independência, apoio de países vizinhos africanos e do bloco comunista. Durante a década de 1950, o seu maior aliado externo era a República da Guiné Conacri, chefiada por Sekou Touré, que concedeu espaço para a instalação do Comité -director do MPLA na cidade de Conacri. Sekou Touré ligou-se ao bloco comunista e criou na Guiné um regime de partido único, sufocando várias tentativas de golpe de estado. Outro parceiro

²⁸ Mário Coelho Pinto de Andrade nasceu em 21 de Agosto de 1928, em Golungo Alto a 100 km de Luanda. Em 1948, Mário de Andrade partiu para Lisboa para estudar filologia clássica⁴ e aí conheceu outros grandes nomes da História africana: Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Marcelino dos Santos, Eduardo Mondlane, Vasco Cabral e outros que ficaram conhecidos como a “geração dos anos 50”. Esta geração de homens letrados criou, clandestinamente, na cidade de Lisboa, o Centro de Estudos Africanos e transformou a Casa de Estudantes do Império num centro anticolonialista.



africano importante do MPLA foi o ex-Congo Belga, no período de 1960, durante o governo de Lumumba²⁹ e Joseph Kasavubu, na altura presidente do ex-Congo Belga, que era pró-União Soviética (URSS). A sede do MPLA que estava localizada na Guiné-Conacri, foi transferida para a cidade de Leopoldville, que actualmente é (Kinshasa) a capital da República Democrática do Congo.

Durante os anos mais difíceis do MPLA, o maior apoio externo não veio do continente africano, mas sim, dos países da Europa do Leste, principalmente de Cuba, que era liderada por Fidel Castro, e da União Soviética. Cuba, concedeu apoio militar ao movimento, inclusive com o envio de militares, em Outubro de 1975, nas vésperas da independência de Angola.

“ O MPLA teve também o apoio do Brasil, que, embora fosse um país inteiramente ligado aos EUA, foi o primeiro a reconhecer informalmente a independência de Angola, em Março de 1975. Este reconhecimento aconteceu em Novembro do mesmo ano, com a legitimação do MPLA e o governo de Agostinho Neto” (Saraiva, 2005, p.168).

A estratégia do MPLA para Angola, com maior aproximação do plano do Bloco Comunista, expôs muitos traços do pensamento marxista, como por exemplo a ideia de partido único, no qual deveriam ser reunidos todos os partidos políticos, todas as organizações populares, todos os grupos armados, todas as organizações religiosas e étnicas, sem distinção de classes, para a luta de libertação, dentro do que constituía num dos programas do movimento.

Fazia parte também um dos programas mais abrangente do MPLA, com relação à propriedade de terra, *“ a apresentação de uma reestruturação agrária, com inclinação ao desaparecimento das injustiças; liquidação do monopólio privado da produção dos produtos de consumo agrícolas e a distribuição de terras aos camponeses”* (Melo, 1988, p.275).

O plano de Defesa Nacional previa a criação de forças armadas com efectivos intimamente ligados ao povo e comandados por cidadãos angolanos e o estabelecimento de relações condignas entre oficiais e soldados, deixando de lado a hierarquia mas mantendo sempre a disciplina.

O Programa do MPLA demonstrou ser o mais completo e significativo para o povo angolano, provando ser o mais confiável aos olhos da maioria dos países do mundo, fossem eles de orientação marxista ou capitalistas.

²⁹ Patrice Lumumba, político congolês, fundou, em 1958 o Movimento Nacional Congolês, tornando-se a principal figura política de seu país. Foi primeiro-ministro de Junho a Setembro de 1960, quando foi demitido por seu rival, o presidente Kasavubu. Foi preso em Dezembro do mesmo ano, pelo coronel Mobutu Sese Seko, sendo transferido para Katanga, onde foi assassinado no dia 17 de Janeiro de 1961.



III.3.2 A Origem e as Relações Externas da FNLA

A Frente Nacional de Libertação de Angola foi criada, no dia 10 de Outubro de 1954, com o nome de UPNA (União dos Povos do Norte de Angola) e teve na sua origem uma designação de carácter regional, era baseada na etnia Congo, sendo liderada por Holden Roberto. O líder carismático da FNLA, Holden Roberto, em 1957, conheceu na cidade de Acra (capital do Gana) Kwame N'krumah, que tornou-se seu grande amigo e parceiro na luta pela independência de Angola. Após este encontro, a UPNA tornou-se, em 1958, em UPA (União dos Povos de Angola), deixou de ser um movimento de carácter regional, procurou ampliar a sua actuação dentro do território angolano, e fazia frente ao MPLA que tinha um carácter nacional muito expressivo.

Em 1958, a UPA esteve presente na Conferencia dos Povos Africanos, realizada em Acra. “*Nesta ocasião, o líder da UPA, Holden Roberto, conheceu Patrice Lumumba (líder da luta de independência do Congo Belga) que de imediato reconheceu a UPA como partido político angolano e autorizou a utilização da emissora de rádio de Leopoldville para a propaganda de Holden Roberto e a publicação do seu jornal com o «A Voz da Nação Angolana»*” (Felgas, 1968, p.68).

Tanto a UPA como MPLA, no início dos anos 60, passaram a exigir a independência imediata de todo o território angolano. Neste momento da história, passou para a luta armada, em busca da descolonização de Angola. Nota-se, neste período, um conflito existente entre a UPA e o MPLA, pois os líderes da UPA possuíam menos instrução do que os chefes do MPLA, que os denominavam simplesmente de comunistas, alimentando uma “Guerra Fria” entre os dois movimentos.

Em 1961, iniciou-se a Guerra de Libertação em todas as colónias portuguesas de África, com maior gravidade em Angola e Moçambique, onde a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) era liderada por Eduardo Mondlane. No ano seguinte, a UPA mudou novamente de nome, tornando-se FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), no dia 27 de Março. A FNLA tinha um exército armado conhecido como ELNA (Exército de Libertação Nacional de Angola) e, em 15 de Abril do mesmo ano, formou em Leopoldville o GRAE (Governo Revolucionário de Angola no Exílio). A finalidade do FNLA era o entendimento, a compreensão e a fraternidade no seio dos naturais de Angola, o desenvolvimento dos sentimentos patrióticos da sua população, a luta pela independência de Angola e a contribuição para a edificação da unidade africana (CECA, 1998).

As relações externas da FNLA, dentro do continente africano, era mantida com países vizinhos, como é o caso do Ghana e do ex-Congo Belga, em que no interior da sua capital, Leopoldville, foi formado o GRAE (Governo Revolucionário de Angola no Exílio), governo este que foi reconhecido pela OUA em 1962. Nesta mesma cidade foi foram feitas muitas



publicações através da imprensa congoleza contra o governo colonialista português (Felga, 1968).

Em 1962 a FNLA estava definitivamente em desenvolvimento. *“Tinha mantido o apoio inicial que recebia do exterior; a isso foi adicionado o peso da igreja baptista (que cuidava dos seus refugiados), a ajuda da FLN argelina (que treinou algumas dezenas de futuros oficiais nas suas bases tunisinas), os fundos de várias fontes (sobretudo dos EUA) e o apoio dos os conselheiros técnicos americanos”* (Wheller; Pélissier, 2009, p.289).

No exterior do continente africano, o principal apoio ao movimento vinha dos Estados Unidos da América, que actuava por intermédio do ex-Congo Belga (actual Republica Democrática do Congo) e do seu líder Mobuto. Os Estados Unidos da América mantinham contactos com a FNLA com o objectivo de estabelecer um governo Pró-ocidental em Angola na possibilidade da independência. Quando a independência de Angola foi atingida, sob o governo do MPLA, os EUA não reconheceram o governo de Agostinho Neto e continuaram a conceder apoio ao GRAE de Holden Roberto, até ao final de 1979.

III.3.3 A Origem e as Relações Externas da UNITA

A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) teve origem no interior da FNLA, por intermédio de Jonas Savimbi, ministro dos negócios estrangeiros da GRAE, no qual reteve contactos privilegiados com organizações políticas e religiosas.

“ Em 1964, Jonas Savimbi decidiu demitir-se e o fez declarando que a oposição da FNLA aos portugueses tinha aparentemente desaparecido, referindo que Holden Roberto e seus homens, do ELNA, tinham definitivamente parado a guerra (Freitas, 2000, p.110). Deste modo, após um pequeno período de incertezas, Jonas Savimbi surpreendeu por optar um caminho próprio ao anunciar, no dia 15 de Março d 1966, o surgimento de um movimento novo de libertação, a UNITA.

O corpo político da UNITA teve, como seus fundadores alguns elementos da FNLA, que, junto com o seu líder principal, Jonas Savimbi, estavam em discordância com a direcção política de Holden Roberto. A Unita obteve forte apoio da população da província do Huambo, na região central de Angola, com imensa participação da etnia ovimbundo, que eram empregados no recrutamento de homens para as forças armadas de UNITA, conhecidas como FALA (Forças Armadas de Libertação de Angola). A FALA obteve capital para a aquisição de armas fazendo a exploração de diamantes, que é uma das grandes riquezas do território angolano.

Tanto a UNITA, de Jonas Savimbi, como a FNLA, de Holden Roberto, além de lutarem contra as forças portuguesas na Guerra de Libertação de Angola, fizeram oposição armada contra o MPLA, que na altura era o movimento mais expressivo, e tinha como líderes principais Mário de Andrade e Agostinho Neto.



A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), movimento que foi liderado por Jonas Savimbi, com grande influência nas regiões do Sul e Centro do território angolano, possuía, numa primeira fase, uma orientação maoísta³⁰, contando com o principal apoio proveniente da República Popular da China. Todavia, em 1970, no decorrer do processo de descolonização, com o MPLA, de orientação marxista, estabelecendo maior domínio em relação aos outros movimentos, e com o enfraquecimento evidente da FNLA, a orientação ideológica da UNITA mudou radicalmente, passando a ser anticomunista, pró-ocidental.

“ No interior do continente africano, a UNITA contou, no início, com o apoio do Zaire (actual República Democrática do Congo) e da África do Sul, exercendo esta um papel de intermediário entre a UNITA e os EUA, no que se refere aos apoios financeiros e de material militar ”(Ribeiro, 1998, p. 67).

III.4 Os Movimentos Nacionalistas e as suas Actividades no Exterior

Analisando de uma forma sintetizada os actores políticos angolanos, chegamos a conclusão que sobre a origem de cada movimento, verificou-se que o MPLA e a FNLA apareceram num contexto de descolonização africana envolvido pela Guerra Fria. O movimento liderado pelo Agostinho Neto, «MPLA» pró-URSS e o movimento liderado por Holden Roberto «FNLA» pró-EUA, não permitiu a constituição de uma força única contra o domínio português. A UNITA aparentemente apareceu por razões pessoais do seu líder carismático, Jonas Savimbi, mas, na verdade, este movimento foi o resultado da formação dos países do Terceiro Mundo, grupo de países que tinham como objectivos buscar uma alternativa, não aderindo ao comunismo soviético nem ao capitalismo norte-americano, razão pela qual a UNITA inicialmente seguiu uma orientação maoísta, ou seja, de apoio chinês.

No que se refere aos movimentos de libertação, é importante destacar que, o MPLA foi o único movimento que procurou se afirmar e estabelecer contactos, com uma maior abrangência, dentro e fora do e continente africano, enquanto que os outros movimentos, FNLA e UNITA, apenas procuravam uma grande afirmação dentro do continente africano.

³⁰ Maoísmo é um sistema de ideias da Revolução Chinesa, elaborado por Mao Tse- Tung. Fruto do conflito sino-soviético da década de 1960 e da necessidade de afirmação de uma linha chinesa para a edificação do socialismo, data formalmente da Revolução Cultural que foi de 1965 a 1968.



CAPITULO IV

O MPLA COMO ACTOR DOMINANTE

IV.1 As actividades Militares

Os conflitos armados em Angola projectaram-se em três grandes frentes: Cabinda, Norte e Leste.

Em Cabinda, o factor clima tropical húmido, a densidade da floresta, as elevadas temperaturas, a humidade e o relevo proporcionaram bons pontos estratégicos de localização e instalações de bases para o MPLA, em especial na Floresta do Maiombe, dificultando deste modo a actuação das forças portuguesas.

O Norte de Angola era caracterizado por temperaturas elevadas, grande humidade, terreno maioritariamente acidentado, sendo que a densidade da vegetação e o caudal dos rios dificultam a mobilidade dos militares quer apeados, quer em viaturas, proporcionando excelentes locais de refúgio ou abrigos para os guerrilheiros dos Movimentos de Libertação.

O Leste de Angola é caracterizado por grandes amplitudes térmicas, com elevadas temperaturas durante o dia e o frio durante a noite, sendo que na época das chuvas, o terreno alagado constituíam grandes obstáculos a circulação de viaturas.

“O MPLA, em 1963, tinha como estratégia fundamental a criação de Regiões Político Militar³¹, regiões estas que tinham como factor fundamental dispersar os esforços submetidos pelas Forças Portuguesas” (Carreira, 1996, p.50). Em 1964, o MPLA instalou-se na República Popular do Congo (ex-Congo francês) e na fronteira de Cabinda, com o objectivo de abrir a sua 2ª Região Político-Militar³², que compreendia o distrito de Cabinda. No entanto, neste mesmo ano, o MPLA *“era um partido de intelectuais, isolado das cidades angolanas onde recrutava os seus membros antes de 1961, e imperava apenas sobre uma pequena minoria quimbundo (talvez 15 mil) que tinham permanecido no movimento de resistência menos por causa das suas crenças comunistas do que graças aos seus laços religiosos com o reverendo Domingos da Silva³³”* (Wheeler; Pélissier, 2009, p.306).

Entre os anos 1964 e 1965, o MPLA penetrou em Cabinda, provocando muitas baixas às forças portuguesas mas, confrontando com a falta de adesão por parte dos povos de

³¹ Região Político-militares é um recurso organizacional da estratégia de guerrilha do MPLA que, ao mesmo tempo, favorece a ideia de que o Movimento actuava militarmente e de forma constante em toda a extensão dessa região.

³² Ver anexo G.

³³ O MPLA, com o reverendo Domingos da Silva como seu porta-voz, invocou «Deus, Nosso Pai, e Jesus Cristo, o Nosso Salvador e Redentor». Distribuiu bíblias, fósforos, cartões de membros, aparelhos de rádio, etc; mas, nesta altura, foi incapaz de fornecer armas e munições e, por isso, os seus líderes com a difícil situação de instar os exaustos guerrilheiros a não abandonar a luta revolucionária (comunicado de 6 de Novembro de 1965).



Cabinda, sentindo-se obrigado a deslocar todo o seu esforço principal para o Leste de Angola. Enquanto se organizava na Zâmbia para abrir a sua 3ª Região Militar no Leste de Angola, que compreendia as províncias de Moxico e Cuando Cubango, o MPLA planeou e abriu, em 1966, a partir da República Democrática do Congo (ex-Congo Belga), a 1ª Região Politico-Militar, no Norte de Angola, com Nambuangongo e Dembos no Centro, que era essencial para a concretização da estratégia de Agostinho Neto. “*Para abrir esta Região Militar o MPLA pretendeu infiltrar em Angola três colunas: a Coluna Cinfuegos, a Coluna Camy e a Coluna Bomboco*” (CECA, 2006, p.109).

A FNLA neste período encontrava-se com algumas dificuldades no interior do Movimento, o que fez com que o MPLA conseguisse estabelecer-se e instalar-se nalguns núcleos daquele Movimento situados imediatamente ao norte do rio Dange, abrindo assim, a sua 1ª Região Politico-Militar. O trânsito logístico e operacional do MPLA nesta zona era dificultado pelos obstáculos crescentes que as forças congolosas lhe punham, as acções e as influências da FNLA e as actividades operacionais das forças portuguesas. No entanto, o MPLA conseguiu reunir um numeroso grupo de guerreiros bem armados que se instalou na região de N'Galamba-Piri. Desta área, que era considerada estrategicamente bem situada, o MPLA desenvolvia contactos com a Região de Catete e, através desta, às células clandestinas de Luanda, onde se encontrava localizado o Comité de Acção Clandestina de Luanda³⁴.

Calculava-se que os numerosos guerrilheiros do MPLA eram cerca de 1050 homens, dispondo de 295 armas e uma população apoiante de 14.000 pessoas, carenciadas de munições, deficiências logísticas, tornando o seu potencial de combate limitado, retirando-lhe desta forma alguma possibilidade ofensiva³⁵.

Do ponto de vista das operações militares, a ofensiva do MPLA ganha mais consistência a partir de 1967, quando diferentes destacamentos do movimento são infiltrados através da zona do Cazombo, na província do Moxico, onde a actuação era dirigida em ataques a postos administrativos e controle militares. Outros grupos do Movimento se aproximavam do Rio Kasai, onde poderia haver uma possibilidade de contacto com os trabalhadores do Caminho de Ferro de Benguela (CFB). Deste modo, não só o nome do Movimento e a sua acção se expandiram, como o recrutamento de indivíduos destes grupos seria fortalecido, fazendo com que o MPLA ao longo dos anos 1967 e 1968 avançasse para o interior de Angola, instalando algumas centenas de guerrilheiros nas áreas de Lumege e Chafinda, na parte mais ao Norte do rio Kasai.

Depois destas operações, o movimento cria assim a 4ª Região Politico-Militar, que compreendia os distritos da Lunda e de Malange, enquanto a 3ª região abrangia os distritos de Moxico e Cuando Cubango. “*A 4ª Região seria o trampolim para que no futuro o MPLA pudesse ligar a Frente Leste à 1ª Região Político-militar (Norte de Angola), um plano*

³⁴ Ver anexo H.

³⁵ Relatório de informações do CCFAA, 1972.



estratégico, de fácil execução, dada a distância, os obstáculos naturais, a presença do Inimigo e o desconhecimento do que poderiam enfrentar” (Bittencourt, 2008, p.47).

O estabelecimento da ligação da Frente Leste à 1ª Região Político-Militar foi tentado pela Coluna Benedito³⁶, operação essa que não teve sucesso, devido a uma grande operação que a PIDE montou contra essa coluna, na qual apreendeu alguns documentos da direcção do MPLA, entre os quais, as orientações que os guerrilheiros deveriam seguir e os objectivos a atingir. “ *As orientações mais importantes frisavam que não se deveria cometer qualquer acção de sabotagem no Caminho de Ferro de Benguela, uma vez que era a melhor condição para o apoio Zambiano ao MPLA*” (Bittencourt, 2008, p.48). Uma das orientações também frisava que os combatentes não tivessem atitudes de arrogância e tentassem sempre alistar novos combatentes. Para a concretização das referidas orientações, era necessário que a coluna fosse bastante cuidadosa nas suas relações com a população, não contrariando com os hábitos e costumes dos populares, evitando as relações sexuais com as mulheres já pretendidas e respeitando os Sobas, que eram os chefes tradicionais.

Para se estabilizar em todo o Leste e parte sul da colónia, o MPLA criou a 5ª Região Político-Militar, que correspondia aos distritos do Bié e Huambo. No início de 1967, a actividade militar no Leste de Angola seria seguida da palavra ordem, dada pelo Agostinho Neto, onde o presidente ressaltou a existência de três frentes de batalha: Cabinda, Cuanza Norte e Moxico e, por conta disso, defende a ideia de que o MPLA, era o único movimento angolano a executar a luta anticolonial no interior de Angola em cinco regiões, em três das quais a campanha não se baseava na influência étnica, destacando, desta forma, a importância da «politização das massas populares» como forma de expandir a luta. O sucesso do MPLA ficou a dever-se, em grande parte, à falta de interferência por parte da UPA e também ao apoio de alguns ramos dos lunda, quioco, luena, bem como os nganguela e quimbundo. O momento vivido na altura, era sem dúvidas favorável para o movimento, principalmente quando confrontado aos anos antecedentes, para isso, contribuindo as alianças internacionais e o crescimento do movimento (Carreira, 1996).

“Um dos grandes princípios estratégicos do MPLA, proclamado na conferência de imprensa de Brazzaville, em 1968, foi o da generalização da luta armada no interior do território, que culminaria com o cerco das cidades, depois das suas populações terem sido previamente preparadas por trabalho clandestino ” (Revolution in Angola, 2001, p.197). O MPLA tinha como objectivo fundamental estabelecer no Leste de Angola o conceito de zona libertada, que seria utilizado pelo PAIGC na Guiné-Bissau e pela FRELIMO em Moçambique. A estratégia territorial no Leste visava ao movimento obter o domínio territorial e estabelecer a

³⁶ Coluna Benedito foi uma coluna formada por antigos membros da coluna Bomboko, a mesma que, tentara, sem sucesso, alcançar a 1ª Região Militar em 1967, através do Congo-Léopoldville.



ligação entre a 3ª à 1ª RPM instalada no Norte, a que se chamou de Rota Agostinho Neto³⁷, pretendia também destruir a UNITA na sua zona de refúgio e alcançar o Bié por dois eixos principais de penetração ao mesmo tempo que, para iludir as forças portuguesas, utilizava outros eixos mais curtos e secundários. Um dos eixos estratégicos acompanhava parte do curso do rio Cuando e seguia em direcção ao Alto Kuito e, o outro, seguia em direcção ao rio Luena.

“Pela rota do Cuando, planeava alcançar as regiões populosas e ricas do Bié e do Planalto Central do Huambo (Nova Lisboa) que, por si só, são o coração de Angola; dali, controlaria todo o território angolano e, pelo vale do Cuanza, poderia chegar a Malange. Na posse deste planalto, o MPLA ficaria em condições de controlar o Caminho-de-Ferro de Malange (CFM), que acompanhava o curso do rio Cuanza, desde a nascente no Bié até perto Luanda, onde desagua, com apoio da sua 1ª RPM, no norte” (Nunes, 2010, p.130). Todavia, a densidade populacional da região não favorecia o MPLA nessa tentativa e o controle militar nas áreas mais afastadas à fronteira com a Zâmbia não duraria muito tempo. Para agravar a situação, as forças portuguesas, preocupadas com o avanço do MPLA, tornaram estas regiões muito mais populosas, mais precisamente no distrito do Bié, criando uma espécie de bloqueio as acções do movimento que, rapidamente, seria transformado em uma vigorosa contra-ofensiva das tropas portuguesas. Não obstante a isso, o MPLA continuou a estabelecer bases militares nesse interior de Angola e, teve também grupos de guerrilheiros que exerciam actividades junto às populações do norte do distrito do Cuando Cubango, do centro sul da Lunda, do leste de Malange e Bié e em todo o Moxico.

Entre os dias 23 e 25 de Agosto de 1968, foi realizada a Primeira Assembleia Regional da 3ª Região Político-Militar do MPLA³⁸. Essa assembleia, reforçou a ideia de que era preciso aprofundar as actividades ofensivas militares do interior, orientando os militantes a uma participação maior e, no caso dos que estavam em cursos universitários e técnicos no exterior, a regressarem o quanto antes para que pudessem dar a sua contribuição e reforçar a luta, como foi o caso, por exemplo, de José Eduardo dos Santos³⁹.

³⁷ Ver anexo I.

³⁸ De acordo com esta assembleia, estiveram presentes à reunião 83 delegados, procedentes de diferentes regiões militares, bem como delegados da JMPLA, OMA, OUA, três jornalistas norte americanos, dois italianos, um indiano e em zambiano. O encontro demonstrou a existência de graves problemas no interior das forças da guerrilha, com mais incidência na falta de organização por parte dos militantes, os privilégios, o envio de material militar incompleto e a carência de géneros alimentícios e vestuário.

³⁹ José Eduardo dos Santos nasceu em Luanda a 28 de Agosto de 1942. Iniciou as suas actividades políticas como integrante de grupos clandestinos que estavam constituídos dentro dos bairros urbanos da capital angolana, Luanda. Após o início da luta armada contra a ocupação colonial portuguesa, José Eduardo dos Santos, na época com 19 anos, deixou o país, indo para o estrangeiro onde exerceria as funções de coordenador das actividades da juventude do MPLA. Em 1962, fez parte das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola. Um ano mais tarde, é nomeado 1º representante do MPLA em Brazaville (Congo). Em Novembro do mesmo ano, foi beneficiado com uma bolsa de estudos que lhe permitiu realizar estudos superiores no Instituto do Petróleo e Gás de Baku, na URSS. Seis anos depois, em 1969, obteve o diploma em Engenharia



O crescimento de números de quadros no MPLA, em 1970, levariam a uma militarização da Frente Leste, com o apoio e reinserção de muitos jovens que tinham chegado recentemente dos países socialistas, o que, de certa forma, possibilitou a divisão das responsabilidades e criação de cargos de importância política e militar. Diante deste contexto, os factores raça, etnia, região, profissão, parentesco, amizade, religião, entre outros, iriam transformar-se em vínculos de solidariedade capazes de unificar grupos e favorecer a composição de alianças, ao mesmo tempo que são apresentados como obstáculos à unificação por grupos oponentes. Desta forma, o factor militar, que era entendido como o grau de formação, a técnica, a experiência e mesmo a bravura, ganharia um peso substancial, em particular para os que tiveram formação militar no exterior.

IV.2 Os Apoios Externos

“ Em 1963, o MPLA permaneceu instalado no Congo Brazzaville, tornando mais forte as relações existentes com aquele país e, cada vez mais, o movimento ganharia novas alianças com outro grupo de países, tais como a Bulgária, Checoslováquia, a União Soviética e Cuba, que tinham representações diplomáticas mais consistentes e acordos de cooperação cada vez mais fortes com esse país ”(Bettencourt, 2008, p.26).

A União Soviética tinha como referência apoiar os movimentos com lideranças mais instruídas, multirraciais, com elites urbanizadas e com alguma iniciação na ideologia marxista-leninista, como é o caso da FRELIMO, o PAIGC, o ANC, a ZAPU, o MPLA e a SWAPO, que mantinham também alianças com os movimentos e partidos de orientação comunistas nos países capitalistas. Foi assim que a Bulgária, a Checoslováquia e a União Soviética apoiavam o MPLA, numa fase inicial, com a frequência dos seus militantes na formação técnica e universitária em seus países, além de armamento e algum recurso financeiros em quantidade muito limitada.

Cuba, apoiava também o movimento, em território congolês, na parte de preparação e treino das forças militantes do MPLA. Após a participação na formação de muitos quadros do MPLA em Brazzaville, o apoio muda de endereço, passando os quadros angolanos a serem formados no próprio território cubano, devido ao regresso dos instrutores cubanos que auxiliavam o Exército do Congo Brazzaville e de uma nova postura do regime de Fidel

Petrolífera. Durante este período, ele foi o principal dirigente dos estudantes angolanos na URSS. Findos os estudos superiores, fez um curso de um ano em telecomunicações militares, o que lhe permitiu exercer, de 1970 a 1974, a função de operador do principal Centro de Telecomunicações da 2ª Região Político - Militar do MPLA (Cabinda). Depois da morte do Dr. Agostinho Neto, primeiro presidente da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos foi eleito Presidente do MPLA/ Partido do Trabalho, em 20 de Setembro de 1979, e assumiu, um dia depois, os cargos de Presidente da República Popular de Angola e Comandante em Chefe das FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola).



Castro⁴⁰ após a I Conferencia Tricontinental⁴¹. A Coreia do Norte, neste mesmo período, actuava como outro aliado do MPLA na formação dos seus quadros, que a partir de 1967 formava comandos militares do movimento em técnicas de combate de guerrilhas e efectuava treinos com diversificado material militar.

Dentro do continente africano, o MPLA deslocava os seus materiais e equipamentos militares, bem como o seu apoio logístico através da travessia Dar-es-Salaam e Lusaka. Todavia, essa via implicava uma série de operações de âmbito político, dada as delicadas relações existentes entre os países da região. Vale lembrar que a “ *Zâmbia não tem saída para o mar, o que dificultava o deslocamento de homens e armas do MPLA, que tinham de atracar em Dar-es-Salaam e percorrer aproximadamente três mil quilómetros até a fronteira zambiana com Angola* ”(Bettencourt, 2009,p. 34). O facto de a Zâmbia não possuir acesso marítimo, dificultava o país de desenvolver as suas actividades económicas principais, e tinha dificuldades em receber os produtos importados de que necessitava. Neste contexto, a Zâmbia sentiu-se obrigada a estabelecer relações com todos os movimentos de libertação das colónias portuguesas (MPLA, FNLA e UNITA), no caso angolano, FRELIMO, em relação a Moçambique, para assegurar o seu acesso ao porto de Lobito e da Beira, assumindo o compromisso de eles não atacarem as ferrovias controladas por Portugal em seus territórios coloniais.

Outra alternativa para superar o problema da Zâmbia só aparece no início dos anos 1970, com a construção da ferrovia que ligaria o país a Tanzânia, onde este grande empreendimento confirmaria a presença e o apoio da China⁴² aos movimentos de libertação nessa região.

O apoio chinês ao MPLA só se fez sentir, em 1971, através de armamento e demais equipamentos militares, mas, sobretudo sob a forma de preparação de treino militar. O contacto com a China deve ser analisada tendo em conta o estreito relacionamento do movimento com os soviéticos e, sendo assim, devemos três factores fundamentais para entender esse novo apoio. Em primeiro lugar, a presença chinesa na Tanzânia e na Zâmbia, onde estavam as bases de auxilio para a principal frente de luta do MPLA, com total

⁴⁰ Fidel Alejandro Castro Ruz é um político revolucionário cubano, primeiro presidente do Conselho de Estado da República de Cuba (1976-2007) e ditador do país por mais de quatro décadas. Actualmente, ocupa o cargo de primeiro-secretário do Comité Central do Partido Comunista de Cuba.

⁴¹ Foi uma conferência realizada em Havana, entre os dias 3 e 15 de Janeiro de 1966, na qual reunia mais de 500 delegados de aproximadamente 82 países, além de observadores de organizações internacionais, organismos de solidariedade dos países socialistas e jornalistas estrangeiros.

⁴² Depois da Republica Unida da Tanzânia, em 1964, a aproximação desse governo com os chineses se acelera. Em 1965, ocorre troca de visitas entre o presidente tanzaniano e o primeiro ministro da china. O auxílio do governo chinês à Tanzânia cresce com o passar dos anos e se diversifica, com a implementação de projectos de desenvolvimento rural, construção de estradas e assistência médica. Em 1970, a china assume a responsabilidade pela construção da ferrovia que ligaria a Tanzânia à Zâmbia. Um projecto com cerca de 400 milhões de dólares, que envolveria, numa primeira fase, 4500 técnicos chineses.



reconhecimento da OUA, facto que a União Soviética não poderia desconsiderar. Em segundo lugar, uma certa desaceleração nas animosidades entre chineses e soviéticos, que em 1971 normalizariam as relações diplomáticas. E por último, a importância do apoio soviético ao MPLA, o que era praticamente impossível de ser superado pela China. Estimase que em 1971 cerca de 70% a 80% das armas que o movimento recebia provinha da União Soviética e dos seus aliados do Leste Europeu (Bittencourt, 2009).

Os diferentes locais de formação e treino militar, por parte dos militantes do MPLA, traduziam-se em posturas também diferenciadas quanto a concepção de luta, principalmente no que se refere as doutrinas guerrilheiras da União Soviética e da China. Ainda que de forma muito superficial, existia a compreensão de que a estratégia dos soviéticos estava orientada para a construção de um aparelho político forte capaz de organizar e promover a propaganda, mobilizando as massas e obtendo o apoio externo de forma segura. No entanto, somente com tal preparação é que deveria ser lançada a luta armada. Por outro lado, *“a estratégia chinesa era a da irreversibilidade de uma guerra popular, que se traduz no aumento do crescimento das forças revolucionárias, acção que se caracterizava na mobilização das massa camponesa, o que permitia sustentar tal esforço sem a dependência do poio externo”* (Bittencourt, 2009, p.40). Do lado cubano, a estratégia baseava-se em operações militares, mais do que políticas, para, a partir dessa demonstração de força, começar a mobilização popular pelos camponeses.

Todavia, as referências de estratégia militar em disputa não se transformaram num problema de maior gravidade dentro do MPLA, visto que a guerrilha era desenvolvida numa região em que não havia muitas possibilidades, portanto, os embates em relação às diferentes formas de encaminhamento da luta não ganhava consistência, dadas as limitações concretas do terreno.

Os movimentos de libertação de Angola recebiam também apoios indirectos, mas de grande repercussão internacional, como seria o caso dos vetos à presença portuguesa em reuniões internacionais. Um deles ocorreu em Maio de 1965, quando o Comité Executivo da UNESCO negou a participação de Portugal na conferência internacional sobre educação pública. No entanto, o MPLA recebeu apoio de agências internacionais da ONU, como a UNESCO, a FAO e a OMS, e a partir de finais dos anos 1960, essas instituições autorizaram a elaboração de programas de assistência aos movimentos de libertação (Pinto, 1999).

IV.3 A Interação com os outros Movimentos: FNLA E UNITA

Os movimentos de libertação⁴³ em Angola tinham como um dos seus objectivos principais a mobilização da população, pois o apoio dessa mesma população era fundamental para a

⁴³ Ver anexo J.



concretização das metas traçadas por cada um deles. O MPLA precisava penetrar em Angola para sensibilizar as populações e, mais uma vez, encontrava-se numa situação complicada, visto que iria se deparar numa frente de batalha não apenas com os movimentos de libertação, mas também com as forças portuguesas. Essa situação lhe causava enormes dificuldades, já que não contava com grande base de apoio de refugiados no exterior que ampliasse a rede de mobilização e recrutamento. No entanto, a FNLA, ao contrário do MPLA, tinha uma base de apoio no Norte, na fronteira entre Angola e o Congo Leópolville, apesar de não ter atingido um grau de mobilização capaz de neutralizar a ordem colonial.

A FNLA abriu a sua frente militar no Leste de Angola em 1968, a partir da base de Nzilo, próximo da província de Katanga, no Congo Leópolville, abrindo desta forma uma ligação com a província da Lunda. A penetração por essa área da colónia não teve sucessos, visto que as forças portuguesas actuaram nesta mesma região, fazendo ataques aéreos aos guerrilheiros da FNLA e aumentando significativamente a densidade populacional que tiraram qualquer possibilidade de expansão do raio de acção deste mesmo movimento, mas, ainda assim, a presença da FNLA dificultava as actividades do MPLA, pois criava obstáculos numa das suas regiões militares.

“ Assim, em 1970, a FNLA estava organizada em três frentes (Norte, Nordeste e Leste), cada uma delas apoiada por um poderoso Batalhão de reserva. Neste ano, um esforço supremo, fez entrar em Angola os três Batalhões simultaneamente, em áreas inusitadas, facto que inicialmente surpreendeu as Forças Armadas Portuguesas” (Nunes, 2010, p.125).

A estratégia militar da FNLA estava condicionada na aliança feita com Mobutu e nos laços estabelecidos com o Congo Leopoldville. Assim, as perturbações políticas e militares sucedidas na capital desse país afectavam directamente o movimento de Holden Roberto. A forma de actuação da FNLA era *“ caracterizada por uma série de manobras, conduzidas pelos seus líderes, que tinham como finalidade afastar, desprestigiar, e eliminar seus concorrentes internos, mesmo no caso de antigos companheiros de luta, inevitavelmente implicando a fragilização dos órgãos responsáveis pela gerência e decisão do movimento”* (Bittencourt, 2009, p.81).

A FNLA tinha como objectivos conseguir penetrações com profundidades nas suas três frentes. Para isso, infiltrou grupos muito fortes na Frente Norte, na região do Cuango, para fazer a ligação desta região à região dos Dembos, que era considerada o coração da Frente Norte e, o movimento tentou também infiltrar-se na região do Camaxilo-Cangula, no sul da Lunda e no Moxico, onde colidia com grande frequência com o MPLA.

A maior parte da estrutura militar da FNLA, no interior de Angola, estava fixada no Norte, onde era o partido com maior expressão mas, na Frente Leste, a sua actuação era principiante, como também era reduzida a sua presença em combate. Por outro lado, o



MPLA, tendo pouca expressão no Norte, com excepção em Cabinda, e estando implantado em força no Leste, desenvolveu, com muito mais pormenor, a sua quadrícula nos distritos da Frente Leste. A percentagem de acções por Movimento, em 1970, em relação ao total registado em todo o território revela a força de cada um e a sua incidência territorial, de modos que, o MPLA foi responsável por 59% de todas as actividades militares, a FNLA por 37% e a UNITA por 4% (CECA, 2006).

“ Quanto ao MPLA, em 1962, na sua 1ª Conferencia Nacional, para efeitos da luta e da expansão da guerrilha, dividiu o território angolano em Regiões Militares que estavam subdivididas em Zonas Militares e que, mais tarde, foram designadas por Regiões Político-Militares (RPM)” (Nunes, 2010, p.125). Assim, em 1970, o MPLA dividia o território de Angola em seis Regiões Político-militares e estavam configuradas da seguinte forma: a 1ª RPM compreendia os distritos de Luanda, Cuanza Norte, Uíge e Zaire; a 2ª RPM em Cabinda; a 3ª RPM, no Moxico e Cuando Cubango, constituía a sua Frente Leste; a 4ª RPM, nos distritos de Malange e Lunda e complementava a Frente Leste; a 5ª RPM, no Bié, Cuanza Sul, Huambo, Benguela e a 6ª RPM⁴⁴, criada em 1970, nos distritos de Moçamedes, Huila e Cunene. No mesmo ano, o MPLA estava em fragmentação na sua 1ª RPM por impedimentos impostos pelo ELNA e pelas forças portuguesas. Existia divergências entre os guerrilheiros e desânimo das populações, o que motivou algumas apresentações às autoridades portuguesas.

As dificuldades de reabastecimento levaram as grandes entidades do MPLA a deslocarem-se à Republica Democrática do Congo a fim de impulsionar o envio de reforços de material e pessoal. O movimento mantinha, porém, nesta área, bons contactos com as zonas de Caxito e Catete, onde obtinha mantimentos e infiltrou ainda elementos subversivos em diversas povoações dos distritos de Luanda, Kuanza Norte e Malanje.

“ Em Cabinda, na sua 2ª RPM, o MPLA manteve-se instalado na República Democrática do Congo, mais concretamente nas bases de Banga e Kimongo, efectuando diversas acções em Cabinda, nas regiões de Chimbete-Sangamongo e Miconge” (CECA, 2006, p.204). Na sua 3ª RPM, no Leste de Angola, o movimento criou uma situação preocupante e, neste ano, era evidente a tentativa de expansão para os distritos de Luanda, Malanje, Bié e Kwando Kubango. Para prestar apoio a Frente Leste, o MPLA instalou na Zâmbia as bases de Chipanga, Cassamba e Sicongo de onde entrava em Angola através das seguintes linhas de infiltração⁴⁵:

- Faixa norte do saliente do Cazombo, atingindo a região de Luacano;
- Faixa sul do saliente do Cozombo até a região a leste do Rio Zambeze ligando-se à parte final da infiltrante anterior;

⁴⁴ Ver anexo G.

⁴⁵ Ver anexo K.



- Vale do rio Luena (Rota Agostinho Neto) até Norte do Lucusse e sul e norte de Leua-Lumene;
- Vale do rio Lungué-Bungo, até próximo de Luvuei, com ligação ao norte do Lucusse;
- Vales do rio Mussuma e Lucula e até leste de Cangamba;
- Direcção geral do rio Kwando até a oeste de Alto Cuito.

As rotas traçadas pelos diferentes movimentos de libertação referem-se a área do terreno em que o movimento das forças era mais simples pela própria configuração do terreno, quer pelo grau de dificuldade que o mesmo apresentava às acções das outras forças envolvidas, quer pela existência de populações que facilitariam a presença da guerrilha.

O MPLA que já ampliara muito as áreas de guerrilha e de expansão da subversão na Frente, ameaçava prolongá-las para o distrito de Cuando-Cubango, Bié, Malange e Lunda. Aparentemente pretendia avançar para a região de Nova Lisboa (Huambo) e, no domínio desta área central comandar daqui toda a guerrilha e ligar a actividade das suas Regiões Militares.

As forças portuguesas, apercebendo-se das intenções do movimento, efectuaram com grande determinação a Operação Energia⁴⁶, que incidiu a sul da região Levua-Lumege e ao longo da Rota Agostinho Neto, a qual lançou a instabilidade no MPLA naquela mesma região. O reencontro do MPLA com grupos da ELNA, que se haviam infiltrado ao longo da linha de caminho de ferro, vindo do Congo para ocupar uma posição mais no interior, contribuiu também para o enfraquecimento do MPLA nesta região.

A FNLA, por sua vez, não efectuou grandes operações na região de Cabinda mas introduziu diferentes grupos nesta região, aumentando a sua actividade na Frente Norte, e fez entrar também na Frente Nordeste um numeroso grupo na região do Cuango, exercendo uma vasta acção e aliciamento sobre as populações, fazendo preparativos para se fixar na região com objectivos de fazer a ligação desta frente com a Frente Norte. Na Frente Leste, a partir das bases de Catanga, a FNLA introduziu numerosos guerrilheiros para reforçar os grupos já instalados na região de Luacano. Nesta região a FNLA entrou em confrontos com o MPLA que tentava entrar na mesma região a partir da região do Cazage, progredindo depois ao longo da linha do caminho de ferro de Benguela, procurou nova área de instalação mais a oeste e fixou-se a oeste de Alto Chicapa, apoiado na primeira base, em Luacano (CECA, 2006, p.234).

“A UNITA durante todo o ano de 1966, na abertura da Frente Leste, antecipou-se ao MPLA e mostrou desenvolver actividades, sobretudo sobre as populações, que culminou com o

⁴⁶ Foi uma operação que incidiu, em acções contínuas, nas Secções dos Movimentos de Libertação, nomeadamente sobre Pachanga e a Rota Agostinho Neto. Foi uma operação que decorreu em duas fases, entre 28 de Julho e 02 de Setembro de 1969, conduziu a resultados muito importantes.



ataque a Vila Teixeira de Sousa, onde sofreu um certo revés. Sem apoios, com um grupo que não passava dos 500 guerrilheiros e com uma apreciável capacidade de mobilização das populações, instalou-se numa região de grande importância estratégica, mostrando toda a argúcia do seu líder, Jonas Savimbi, que era natural daquela área” (Nunes, 2009, p.128).

O movimento de Jonas Savimbi fixou-se na região do Bié, ligando-se à Zâmbia pelos rios Luio e Luanguinga, entrando em confrontos, nesta mesma região, com grupos do MPLA que tentavam fixar-se na região, obrigando a UNITA a abandonar algumas das suas áreas de refúgios ali instaladas, mantendo-se, porém, na margem direita do Munhango, a noroeste de Cangumbe.

No entanto, devido aos confrontos com o MPLA, a UNITA sentiu-se obrigada a instalar-se na região do Lungue-Bungo, numa área bem profunda, com acções sobre o Caminho de Ferro de Benguela, mas pretendia instalar-se no Andulo. Não obstante ser um movimento com fracos efectivos e com reduzido apoio na Zâmbia, era muito eficaz nas suas acções e eficiente na mentalização das populações para a sua causa. A região onde se instalara localizava-se no término das rotas do Cuando, do Luanguinga e do Lungué-Bungo do MPLA, tendo em vista a expansão para o Bié, pelo que os reencontros entre os dois movimentos ocorriam ali com frequência. Assim, a UNITA transformou-se num adversário directo do MPLA, apesar da sua fragilidade militar, sua presença naquela região criava muitos obstáculos aos guerrilheiros do MPLA que pretendiam seguir em suas acções militares.

IV.4 O Acordo de Kinshasa de 13 de Dezembro de 1972

“O ano de 1972 é assinalado pelo esforço da FNLA na retomada de seu reconhecimento pela comunidade internacional, esforço esse que foi favorecido pela crise militar por que passava o MPLA no Leste ” (CECA, 2006, p.430). Apesar das dificuldades enfrentadas tanto pelo MPLA como para a FNLA, a aproximação entre os movimentos parecia ser impossível. A FNLA tinha como um dos seus principais órgãos de direcção o GRAE (Governo Revolucionário de Angola no Exílio) instalado em Kinshasa. Era constituída por diversos órgãos designados ministérios, alguns dos quais existindo apenas nominalmente, e dispunha de representações em diversas localidades da República do Congo, designadamente em algumas capitais de província e povoações fronteiriças com Angola.

Em 1970, o Conselho de Ministros da OUA decidiu criar um Alto Comando Militar Africano e uma força militar Multinacional e movimentar todos os meios políticos, económicos, militares e psicológicos contra Portugal. No entanto, em 1971, foi criada uma comissão de quatro membros da República Popular do Congo, República do Zaire, Zâmbia e República da Tanzânia, com a finalidade de diligenciar a unificação da FNLA e MPLA. Admite-se que para



a realização deste projecto, contribuía muito a posição ideológica do General Mobutu, que era apoiado pelo bloco ocidental, nomeadamente pelos EUA.

O MPLA, em 1972, estava assumindo maior visibilidade internacionalmente em relação a FNLA⁴⁷, tal facto fez com que Mobutu procurasse salvar a FNLA, conduzindo-a e impondo-lhe a conciliação, passando assim para o seu controlo toda a luta armada contra Portugal em Angola, tanto mais que os Órgãos Superiores estariam sediados em Kinshasa.

No período de 11 a 13 de Dezembro de 1972 juntaram-se em Kinshasa os Ministros dos Negócios Estrangeiros da Republica Popular do Congo, República Democrática do Congo, Zâmbia e República da Tanzânia, assistidos pelo Secretário-geral Adjunto da OUA e por dois Secretários Executivos do Comité de Libertação, para examinar as e os meios práticos para realizar a unificação dos dois movimentos⁴⁸.

No encontro ocorrido em Kinshasa, patrocinado por Mobutu, de 11 a 13 de Dezembro de 1972, a FNLA e o MPLA chegaram a acordo e criaram os seguintes órgãos superiores:

- Conselho superior da Libertação de Angola (CSLA)
- Conselho Militar Unificado (CMU)
- Conselho Político Angolano (CPA)

“O CSLA dirigiria, as políticas do CMU e CPA, tendo como presidente um elemento da FNLA e como vice-presidente um elemento do MPLA que acumulava estas funções com as do Secretário do Conselho. Faziam ainda parte do CSLA todos os membros do CMU e do CPA” (CECA, 2006, p.433).

O CMU era o instrumento militar que tinha a responsabilidade da planificação e condução da guerra de libertação em todos os seus aspectos militares. Este órgão era constituído por um presidente, pertencente ao MPLA, um vice-presidente, pertencente a FNLA, e por seis oficiais de cada um dos Movimentos.

O CPA era o órgão responsável pela mobilização e actividades diplomáticas, pelo bem-estar da população civil, pela propaganda e pela ligação e consolidação das zonas libertadas. Este órgão era chefiado por um elemento da FNLA e a vice-presidência era confiada a um elemento do MPLA. Faziam ainda parte do CPA seis designados por cada um dos Movimentos.

O acordo patrocinado por Mobutu parecia ser mais vantajoso à FNLA do que ao MPLA. A FNLA, neste período, encontrava-se envolvida em dificuldades, atendendo o facto de que tinha perdido o reconhecimento da OUA e na vertente militar, o movimento estava praticamente instalado em território zairense. Na perspectiva do MPLA, O acordo poderia ser uma alternativa para a resolução da ofensiva portuguesa no Leste, uma vez que a negociação abriria a fronteira norte de Angola ao MPLA.

⁴⁷ Ver anexo J.

⁴⁸ <http://giuridicopolitico.blog.com> (acedido em 25 de Março de 2010)



Tão logo o acordo entre as respectivas direcções foi divulgado, podem fazer-se as seguintes considerações gerais:

“ - o MPLA e a FNLA mantinham as suas individualidades, face a reconciliação, pelo que não era pertinente falar numa reunificação dos dois movimentos;

- o órgão militar tinha a presidência do MPLA, cujos militantes estavam muito melhor preparados técnica e psicologicamente do que os do FNLA, posição que lhe dava preponderância militar. Já em Março de 1972, o MPLA tentara subverter alguns elementos do ELNA, na base do Kinkuzo;

- a presidência do órgão político competia à FNLA que tinha menor projecção internacional do que o MPLA. Este iniciou logo uma activa acção política, através de visitas de Agostinho Neto, especialmente a países de feição comunista, o que diluiu a importância da FNLA. Acresce que foi o MPLA o partido que a OUA reconheceu como legítimo representante dos povos de Angola ” (CECA 2006, p.436)

A comissão de arbitragem era composta por representantes dos países que patrocinaram o acordo, pertencentes a OUA, o que tornava perigosa, e fora de controlo de ambos, a continuação da luta.

No entanto, logo após aos acordos de Kinshasa, as negociações entre o MPLA e a FNLA, em 1973, entraram num novo impasse devido a detenção de dois membros do MPLA pelos guerrilheiros da FNLA, na província do Zaire, que tinham como objectivo alcançar a 1ª RPM do MPLA. Com isso, a implementação do acordo seria imediatamente suspensa, com o MPLA afirmando que só retomaria a discussão após a libertação de seus homens e a FNLA querendo que o caso fosse resolvido pelo Conselho, organismo que ainda não estava de todo definido. Todavia, ainda assim, continuava a aproximação entre os guerrilheiros do MPLA e da FNLA e, durante o ano de 1973, o acordo entre o MPLA e a FNLA não sai apenas do papel, ainda que não tenha sido formalmente quebrado por nenhum dos lados.

IV.5 O Acordo de Independência de Angola Assinado pelos três Movimentos

Em 1974, a situação militar de Portugal tinha-se complicado, sendo que desde 1968, no caso da Guiné-Bissau, e 1970-72, no caso de Moçambique, Portugal vinha perdendo espaço para as forças nacionalistas. Nestas duas colónias, em especial, o empenho das forças armadas portuguesas era muito maior do que em Angola.

No caso de Angola, a partir de Abril de 1974, a guerra tinha atingido aquilo a que se poderia chamar um impasse, devidas as divergências existentes entre os movimentos de libertação, o que favorecia Portugal. “ *A insurreição nacionalista africana permanecia largamente confinada a zonas remotas e fronteiriças, o apoio soviético à causa do MPLA tinha sido reduzido, não havia qualquer actividade dos movimentos de libertação em zonas urbanas, o que levou Portugal a transferir algumas unidades militares de Angola para Moçambique,*



onde a situação no centro do território começava a mudar a favor da FRELIMO” (Wheeler; Pélissier, 2009, p.357).

O cessar-fogo entre as forças portuguesas e os três movimentos de libertação foi estabelecido por determinadas etapas. A UNITA foi o primeiro movimento a assinar o cessar-fogo em Junho de 1974, seguindo-se o MPLA e depois a FNLA, em Outubro de 1974. A partir daí continuaram as negociações em busca de um acordo sobre o futuro estatuto político da antiga colónia portuguesa. Ao contrário do que acontecia noutras colónias africanas com forças nacionalistas únicas, em Angola era mais complicada, pois não havia uns mais sim três movimentos em disputa pelo poder.

Quando, a 25 de Abril de 1974, os oficiais militares de carreira derrubaram o regime em Lisboa na sequência de um golpe de estado, Luanda parecia estar tão surpreendida quanto Lisboa, o que causou grandes consequências políticas em Portugal e por conseguinte teve também um grande impacto sobre território angolano. Imensos factores se congregaram para dificultar a luta pela criação de uma nova posição política para a antiga colónia. Primeiro a liderança de Portugal encontrava-se dividida quanto à política a adoptar para com os territórios africanos que ainda andavam sobre o seu domínio; o presidente da república indigitado, o general António Spínola⁴⁹, era a favor da continuação de uma certa forma de autoridade sobre um império federado, ao passo que os oficiais do Movimento das Forças Armadas defendiam a autodeterminação e a rápida independência de todas as colónias. No entanto, a questão fundamental era saber se haveria ou não lugar à efectivação de um acordo popular nas colónias para votar nos partidos aptos a assumir o poder e qual o momento conveniente para a consumação da independência. Em segundo lugar, uma parte significativa das forças armadas portuguesas em Angola estavam ansiosos por regressar à Portugal. Terceiro, o anseio dos corpos de oficiais do exército, bem como dos soldados alistados, de abandonar Angola foi rapidamente acompanhado pela saída da maior parte dos colonos residentes portugueses e estrangeiros, incluindo pessoal especializado dos sectores da administração, da agricultura, da indústria e da exploração mineira.⁵⁰

“ Durante muitos meses, o estado português juntamente com os três movimentos nacionalistas estiveram em negociações acerca das condições de independência, e somente a 15 de Janeiro foi assinado o acordo de Alvor, que estabeleceu um governo de transição e fixou a data de independência de Angola em 11 de Novembro de 1975” (Wheeler, Pélissier, 2009, p.357).

O acordo foi assinado numa localidade da parte sul de Portugal, foi um sinal de grande esperança, desempenhando um conjunto de compromissos abertos ao debate e uma forte

⁴⁹ General António Spínola (11 de Abril de 1910- 13 de Agosto de 1996), político e militar português, foi o décimo quinto Presidente da República Portuguesa (o primeiro após o golpe do 25 de Abril de 1974).

⁵⁰ www.guerracolonial.pt acedido aos 13 de Janeiro de 2010, as 21:23



determinação em impor a paz durante o período de transição para a independência, que era mais longo do que no caso das outras ex-colónias.

Segundo o Acordo de Alvor, o alto-comissário português permaneceria dotado de plenos poderes em Angola até à independência, e foi também implementado o estabelecimento de um Conselho de Defesa Nacional. O acordo previa também no seu capítulo IV, a criação de um exército angolano unificado, englobando as quatro forças militares envolvidas no conflito, que cada movimento deveria contribuir com 8 mil combatentes, enquanto que as Forças Armadas Portuguesas contribuiriam com 24 mil⁵¹. O Governo de Transição entrou em vigor no final de Janeiro de 1975, tendo os angolanos experimentado um breve período de esperança de que os três movimentos africanos respeitassem o consenso e as regras estabelecidas em Alvor, convencidos de que Portugal poderia impor o cumprimento do acordo de Alvor, se necessário, com o seu exército. A data da independência já estava marcada: 11 de Novembro de 1975 (Bittencourt, 2009).

O MPLA durante este período de pacificação, desenvolveu esforços no sentido de ampliar os seus contactos com a população, de modos a ganhar mais adesões, já que a rivalidade em torno do nacionalismo angolano cresceu proporcionalmente às possibilidades de acesso a independência, após as negociações com o estado português.

No entanto, podemos afirmar que, o acordo de Alvor não proporcionou uma transição pacífica da situação colonial para a de um país independente devido a incapacidade do Governo português de fazer cumprir as regras do Acordo, bem como à hostilidade mútua dos movimentos nacionalistas africanos e à incapacidade de assumir a responsabilidade pela segurança em várias áreas em disputa, incluindo Luanda.

O estado de pacificação que se instalou em Angola após o Acordo de Alvor foi muito breve, pois em Março e Abril de 1975 começou o conflito armado entre o MPLA e a FNLA o que provocou um elevado número de mortos. Para apaziguar os dois movimentos em conflitos, o Quénia organizou uma cimeira entres os líderes dos três Movimentos, Agostinho Neto, Holden Roberto e Jonas Savimbi entre 16 e 21 de Junho de 1975, em Nakuru. O acordo de Nakuru foi assinado a fim de possibilitar uma transferência pacífica de poderes por altura da independência agendada para Novembro de 1975.

Um importante ponto de viragem no conflito teve lugar em Junho e inícios de Agosto, quando o MPLA estabeleceu o seu domínio sobre a capital, Luanda, e nas suas imediações, bem como no rio Cuanza, expulsando as forças da FNLA. *“O Acordo de Nakuru e o Acordo de Alvor deixaram de ter os seus poderes, visto que, as forças armadas de Portugal se mostraram pouco dispostas ou incapazes de impedir a guerra civil em gestação e com a*

⁵¹ Esse acordo seria publicado pelo Ministério da Comunicação Social de Portugal, ainda em Janeiro de 1975, tendo em anexo os discursos de Agostinho Neto, em nome dos três movimentos de libertação angolanos, e do presidente da República de Portugal, O General Francisco da Costa Gomes.



crecente polarização política e a revolução criassem uma situação de crescente instabilidade também em Portugal” (Wheeler; Pélissier, 2009. p.361).

A agitação da guerra civil em Angola agravou-se à medida que as superpotências começaram a apoiar activamente os movimentos em conflito. A União Soviética começou a apoiar o MPLA, usando as forças armadas cubanas, bem como pessoal militar e civil das nações do bloco comunista, especialmente da Europa do Leste. Mobutu, presidente do Zaire, apoiou a FNLA de Holden Roberto e enviou tropas zairenses para o norte de Angola. Todavia, forças sul-africanas, encorajadas pelos EUA, começaram, a partir de Outubro de 1975, a entrar em território angolano para apoiar a FNLA e a UNITA, avançando para o norte, a fim de atacar zonas e cidades que estavam sobre controlo do MPLA. Na prática, porém, o MPLA continuava a controlar a administração local em grande parte do território e beneficiava do controlo que detinha sobre as receitas dos impostos (Wheeler; Pélissier, 2009).

Os acontecimentos de 11 de Novembro de 1975, foi algo sem precedentes na história de África contemporânea. Portugal entregou o poder, não a um governo ou partido específico, mas sim ao povo de Angola, razão pela qual mudou os planos e esperanças de uma transição pacífica da autoridade colonial para a independência de Angola. Quando a guerra civil estava prestes a entrar numa fase nova e desesperada, Portugal recusou-se a entregar o poder a qualquer dos movimentos angolanos em conflito, oferecendo, em vez disso, a liberdade ao povo angolano o que provocou uma guerra civil internacionalizada.



CONCLUSÕES

O trabalho em estudo, procurou compreender o percurso do MPLA ao longo do período da luta anticolonial. Foi um estudo mais centrado no interior do MPLA do que propriamente sobre a sua inserção no quadro do nacionalismo angolano, até porque os demais movimentos não foram privilegiados de igual forma no decorrer da pesquisa, dificultando, assim, uma perspectiva comparada.

Para dar resposta à questão fundamental deste trabalho sobre as razões que levaram a que o MPLA se constituísse perante a comunidade internacional, como a força dominante no dia 11 de Novembro de 1975, foi necessário fazer uma análise dos principais acontecimentos que marcaram a sua génese, bem como a trajectória do movimento no período em que começou as suas actividades militares em Angola até ao período que sobrepõe a independência nacional.

Assim, com o fim da Guerra de 1939-1945, as divergências surgidas entre as duas maiores potências levaram a divisão do mundo em dois blocos e a um estado de tensão conhecido como Guerra Fria. As superpotências tinham como objectivos alcançar novas áreas de influências e o continente africano aparecia como um objectivo importantíssimo para aqueles que pretendiam uma hegemonia mundial, visto que era um continente à “redescoberta” com grandes potencialidades nomeadamente ao nível dos seus recursos naturais. Desta forma, as colónias portuguesas foram assim alcançadas pela transformação do mundo, que desde o final da década de 50 e principalmente na década de 60 se veio a verificar, com o advento das acções políticas numa zona de excepcional procura de influência das superpotências.

As grandes potências vieram, assim, a apoiar os movimentos de libertação que se apresentavam dispostos à inclusão na zona de influência da superpotência apoiante. Estes mesmos movimentos de libertação vieram a receber também o apoio de organizações como a ONU, mas principalmente da OUA que veio a desempenhar um papel relevante, legitimando a luta e internacionalizando-a de acordo com os interesses das grandes potências.

Na situação política, social e psicológica do território angolano, encontravam-se reunidas as condições propícias ao desenvolvimento de actividades subversivas, visando a tomada do poder. A fraca ocupação administrativa e a fraca presença dos militares portugueses existentes no território angolano, pouco preparadas para o tipo de hostilidades que tendencialmente poderiam vir a surgir, permitiram, com relativa facilidade, que o MPLA desenvolvesse uma apreciável actividade de guerrilha e, simultaneamente, fosse conquistando a adesão activa de parte considerável da população.



Constituíram-se no território diversos movimentos independentistas; porém, apenas o MPLA, apesar dos vários problemas internos, conseguiu expressão a todos os níveis. Assim, o MPLA, de tendência marxista, começou por se instalar primeiro na RDC e posteriormente na RPC, a partir do golpe de estado que colocou este país este na órbita soviética, com a subsequente expulsão da FNLA que dali operava também sobre Cabinda. Montou as suas bases naquele país mas verificou que a floresta do Maiombe era muito difícil para as forças portuguesas como também para os guerrilheiros pertencentes aos outros movimentos. Embora a sua actividade não encontrasse grande apoio por parte da população, a verdade é que os moderados resultados militares foram compensados pela experiência operacional que os seus quadros foram adquirindo, ao ponto de quase todos os comandantes do movimento terem recebido o seu baptismo de fogo em Cabinda.

Após ter exercido uma forte pressão militar naquele sector, Cabinda, no ano de 1965, conseguiu o apoio da Zâmbia, que se tornara independente, e reforçou a orientação marxista da sua direcção. Entretanto o MPLA transferiu o esforço principal de Cabinda para as bases na fronteira de Moxico e da Lunda. Apesar de tudo, o MPLA enviou também, a partir de 1965, militantes para o Leste de Angola, onde conseguiu ter audiência entre as etnias lundas e bundas. A primeira acção armada nesta zona foi levada a efeito em Fevereiro de 1966, no distrito do Moxico, estendendo-se a guerra nesse mesmo ano ao distrito do Cuando-Cubango e, com esta estratégia, penetrou até à zona central do território, onde se concentrava a riqueza e a população, e onde poderia decidir-se a guerra. Ainda no mesmo ano, o MPLA conseguiu instalar forças bem armadas na região a sul de Nambuangongo, próximo de rio Dange, desalojando os elementos da UPA/FNLA ali instalados desde 1961.

A partir de Outubro de 1966 iniciou a penetração no Leste de Angola por um conjunto de linhas de infiltração ao longo dos rios que tinham ali uma orientação favorável, no sentido oeste-leste. Toda esta região era muito pobre, seca, de fracos recursos e fraca densidade demográfica pelo que os grupos do MPLA, que teriam chegado a dispor de um total de 3.500 homens armados, se fixaram nos próprios eixos onde procuraram as condições melhores para a sua sobrevivência.

Em Janeiro de 1967, o MPLA anunciou que a sua direcção se mudava para o interior de Angola, para as zonas libertadas. Em 1968, a sua actividade militar expandiu-se ao longo dos vales do Luena e Lungué-Bungo, em direcção ao Luso e ao distrito da Lunda. O movimento designou esta penetrante por Rota Agostinho Neto e foi ao longo dela que se desenrolaram as principais acções militares entre as forças portuguesas e o MPLA, em 1969 chegou ao Bié e, em 1970, aproximou-se do rio Cuanza.

Em 1970, o MPLA visava ultrapassar o rio Cuanza e apoderar-se da rica região estratégica do Huambo, zona planáltica muito populosa, com o domínio das nascentes de muitos rios



caudalosos e que era atravessada pelo Caminho de Ferro de Benguela, que passaria a controlar. Na posse desta região poderia ligar-se também, ao esforço que estava a fazer no Norte, a sul da área da FNLA, onde era ameaçado pelas Forças Portuguesas e pela FNLA. Através das acções territoriais com sejam as regiões militares verificámos que assumidamente foi o partido com evidentes preocupações de estender a sua acção a todo o território Angolano e a todas as suas gentes, tendo deste modo ganho a dimensão de um partido de carácter nacional e integrador da vontade de um povo.

Por outro lado, o MPLA foi o movimento com melhor estruturação organizacional pois executou actividades de acção psicológica, usando como veículo as emissões rádio e os panfletos, procurando o aliciamento dos guerrilheiros dos outros movimentos, assim como minar a vontade de combater dos militares portugueses. Mais uma vez fica relevado o carácter organizacional ao nível político minimizava a por vezes existente debilidade operacional do MPLA que na maiorias das situações viria a ser compensada pelo êxito diplomático, já que, desde Julho de 1968, passou a ser a única organização angolana reconhecida pela OUA, o que lhe permitiu inegável projecção internacional.

Ainda no decorrer do ano de 1970, “ *um relatório das forças portuguesas fazia a seguinte análise sobre o movimento: «O MPLA está bem organizado e armado e controla bem as populações. Dispõe de armas automáticas, semiautomáticas, de repetição e granadas de mão, que sabe utilizar convenientemente, e os seus combatentes mostram coragem e audácia nas suas acções extremamente rápidas sobre as Forças Portuguesas.»*” (Afonso; Gomes, 2000, p.73).

O MPLA, durante os treze anos de luta, trilhou caminhos diferentes, obteve apoios externos diferenciados e mostrou sempre ideologias diferentes em relação aos outros movimentos seus oponentes. Não foi possível uma aproximação entre o MPLA e os outros movimentos, como foi o caso da FNLA, não obstante alguns esforços de organizações africanas, até que em Dezembro de 1972, por influência de Mobutu, assinaram o Acordo de Kinshasa que visava obter a unificação das suas acções armadas. Um último acordo foi feito, após a negociação em torno do cessar-fogo, em separado, entre Portugal e os três movimentos, que visava à regulação de um governo de transição, e que culminou nos acordos para a independência de Angola assinados em Janeiro de 1975, no qual foi marcada a data da independência de Angola no dia 11 de Novembro de 1975.

É evidente que as dificuldades com que se defrontou foram superiores às das outras organizações, mas isso não o impediu de, durante algum tempo, ter criado milícias, centros de produção e comércio, registo civil, escolas de instrução militar, de alfabetização e de formação política para a população que esteve debaixo do seu controlo, mantendo também um programa semanal de rádio transmitido a partir do Congo-Brazzaville.



Entretanto, é necessário salientar que o MPLA foi uma das organizações que mais se empenhou na conquista da independência de Angola. O acompanhamento de suas crises e de seus diferentes problemas pode, em determinados momentos, ofuscar essa perspectiva mais panorâmica a respeito do papel activo e aguerrido que a organização exerceu. *“Não devemos esquecer que os demais movimentos demonstraram mais perseverança em combater o próprio MPLA do que as forças coloniais”* (Bittencourt, 2008, p.271).

É fundamental também destacar que por detrás do sucesso das actividades do MPLA, quer a nível interno como externo, encontram-se a indiscutível capacidade de Agostinho Neto e das grandes personalidades que o acompanhavam, no plano Interno através do emprego das suas doutrinas às populações, desenvolvendo as actividades militares em todo o território angolano⁵² e, no plano externo, ao conseguir aumentar a legitimidade do MPLA e por conseguinte, mobilizar apoios, procurando se afirmar e estabelecer contactos com maior abrangência dentro e fora do continente africano;

A crescente legitimidade internacional na cena internacional decorre de um esclarecida intenção de aproveitar a conjuntura internacional favorável, nomeadamente na dinâmica de poderes decorrente do final da 2ª Guerra Mundial com especial incidência nos interesses do bloco soviético que deste modo exerceu uma prática constante da manipulação dos instrumentos de luta pela aquisição e domínio do poder político com a finalidade de construir um bloco ideológico de suporte a um poder global, de oposição ao domínio ocidental que a Europa detinha em África. Mas África não era só a luta pela autodeterminação dos seus povos. Era sobretudo uma ligação histórica à Europa que importava romper para que a competição dos interesses soviéticos e americanos na luta pelo poder ganhassem uma nova dimensão.

Em síntese, Angola tem sido durante os últimos 50 anos um país - região - fortemente condicionada pela comunidade internacional, pois a importância estratégica que lhe é conferida pelos seus recursos naturais, com grande relevância para o petróleo, os diamantes e outros minerais, associado a um grande potencial agrícola e recursos hídricos tem sido factores determinantes nos destinos do país e do seu povo. Este desiderato tem estado na génese do paradoxo entre os destinos próprios de quem tem os recursos e a influência do poder externo de que deles necessita. Tal como no tempo da guerra colonial, tem sido uma constante a dificuldade permanente em fazer o cruzamento da política externa e o desenvolvimento do país.

⁵² Ver anexo L.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO**, Aniceto; **GOMES**, Carlos de Matos. *A Guerra colonial*, Lisboa. Editorial Notícias, 2000.
- ANDRADE**, Mário Pinto de. *Origens do nacionalismo africano*. Lisboa: Publicação Dom Quixote, 1997.
- BARRADAS**, Acácio. *Agostinho Neto: Uma Vida Sem Tréguas: 1922-1979*. Lisboa: Edição Alusiva, 2005.
- BITTENCOURT**, Marcelo. «*Estamos Juntos!*» *O MPLA e a Luta Anticolonial 1961-1974*. Volumes I e II, Luanda: Kilombelombe, 2008.
- CANN**, John P. *Contra-Insurreição em África: o modo português de fazer guerra*, Lisboa, Antena, 1998.
- CARREIRA**, Iko. *O Pensamento Estratégico De Agostinho Neto: Contribuição Histórica*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1996.
- CECA** (EME). *Resenha Histórica das campanhas de África 1961-1974. Aspectos de Actividades Operacionais*, Volume 6, Tomo 1, Lisboa: 1998
- CECA** (EME). *Resenha Histórica das campanhas de África 1961-1974. Aspectos de Actividades Operacionais*, Vol 6, Tomo 2, Lisboa, 2006
- CLARECE-SMITH**, Gervase. *O III Império português, 1825-1975*. Lisboa: Teorema, 1985.
- DIAS**, Carlos Mendes. *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensino*. Lisboa: Prefácio, 2005.
- FELGAS**, Hélio. *Guerra em Angola*. Lisboa: Gráfica Santelmo Ltda, 1968
- FREITAS**, Amadeu José de. *Angola: o longo caminho da liberdade*. Lisboa: Moraes, 1975.
- FREUND**, Julien. *O que é a política?* Lisboa: Editorial Futura, 1977.
- GARCIA**, Francisco Proença. *Análise global de uma guerra: Moçambique 1964-1974*. Lisboa: Prefácio, 2003.
- GARCIA**, Francisco Proença. *Batalhas da história de Portugal – Guerra de África: Moçambique (1964-1974)*. Lisboa: prefácio, 2006.
- GARCIA**, Francisco Proença. *O Terrorismo transnacional – contributos para o entendimento da sua estrutura, recrutamento e financiamento*. (I Parte). Acedido em 08 de



Dezembro de 2009, no site: http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?Id=399.

GIAP, Vo Nguyen – *Manual de Estratégia Subversiva*. Lisboa: Edições Silabo, 1ª edição, 2005.

GOMES, Carlos de Matos. *Moçambique 1970: Operação Nó Górdio*. Lisboa: Tribuna da História, 2002.

JUNQUEIRA, João Paulo ribeiro; **PIRES** rui Manuel Soares. *O Exército nos trilhos da cooperação*. Lisboa: Prefacio, 2009.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra II*. Viseu: Francisco Lyon de Castro, 1972

LEAL, João. *Geopolítica da Península Ibérica: Unidade ou Diversidade: Unidade ou Diversidade*, in Vários, Revista Militar, n.º 2434 Lisboa, 2005.

MARINHO, António Luís. *Operação Mar Verde: Um documento para história*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

MELO, João de. *Os anos de Guerra 1961-1975. Os portugueses em África*, Lisboa: Dom Quixote, 1988.

MOREIRA, Adriano. *Os Cinco Princípios e a Herança Portuguesa*, in *Estratégia – Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Óscar Soares Barata*, Vol. XV, Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica e Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2005.

MORGENTHAUX, Hans J. *Politics Among Nation: The extruture for power and peace*. Edição the Koupe, Original da Universidade de Michigan, 4ª edição, 1996.

NETO, Ana Maria. *A Industrialização de Angola 1961-1975*. Lisboa: Editora Saber, 1991.

NOGUEIRA, José Manuel Freire. *Pensar a Segurança e Defesa*. Lisboa: Cosmos, 2005.

NUNES, António. *A Academia Militar e a Guerra de África*. Vários Autores. Lisboa: Prefácio. 2010.

NUNES, Artur de Figueiredo. *A Investigação Geológico-Mineira em Angola*, Lisboa: ICE, 1991

PACHECO, Carlos. *MPLA um Nascimento Polémico. As falsificações da História*. Lisboa: Veja Editora, 1997.

PÉLISSIER, René. *Histórias das Campanhas de Angola. Resistência e revoltas, 1845-1941*. Volumes I e II, Lisboa: Editorial Estampa, Volumes I e II, 1986.



- PINHEIRO**, Joaquim António Franco (general). *Testemunhos dos Acontecimentos de Angola*, Revista Militar nº 23, 1963.
- PINTO**, António Costa. *A guerra colonial e o fim do império português. História da expansão Portuguesa*. Volume V, Lisboa: Círculo dos leitores, 1999.
- REVOLULUTION IN ANGOLA**, publicação do MPLA, dedicada ao Comandante Henda, Merlin Press, London, 1972.
- RIBEIRO**, Luís Dário Teixeira. *Uma Introdução à História da Descolonização Afro-Asiática. In: Ciências & Letras (Revista da Fapa). Nº 16*. Porto Alegre: Ponto-e-Virgula Assessoria Editorial, 1996.
- RODRIGUES**, Joaquim Chito. *Concepção e desenvolvimento Estratégico Operacional, face à eclosão da conflitualidade nas ex-colónias portuguesas; A mudança de um esforço estratégico em Angola*, conferência do IAEM.
- SÁ**, Tiago Moreira de. *Os americanos na revolução Portuguesa (1974-1976)*. Lisboa: Notícias Editorial, 2004.
- SANTOS**, Eduardo dos. *Os Congressos Pan-Africanos e as conferências Pan-africanas dos Povos*, Revista Militar nº 33, 1968.
- SANTOS**, Fernando Barciela. *Angola na hora dramática da descolonização*. Lisboa: Prelo, 1975.
- SARAIVA**, José Flávio Sombra. *O Lugar da África: A Dimensão Atlântica da Política Externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: Editora da UnB, 1996.
- SARMENTO**, Manuela. *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração escrita e apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertação de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*, 2ª Edição. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2008.
- SPINOLA**, António de - *Portugal e o futuro: Análise da conjuntura nacional*, Lisboa: Arcádia, 3ª edição, 1974.
- TELO**, António José. *As Guerras de África e a mudança nos apoios internacionais de Portugal. Separata da Revista de História das Ideias*, Volume 16, Coimbra: faculdade de letras, 1994.
- VAISSE**, Maurice. *As Relações Internacionais desde 1945*, Lisboa: Edições 70, 1995.
- WHEELER**, Douglas; PÉLISSIER, René. *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2009.



ANEXOS



ANEXO A – PAÍSES AFRICANOS POR DATA DE INDEPENDÊNCIA

País	Data de independência	Antiga metrópole
Argélia	3 de Julho de 1962	França
Angola	11 de Novembro de 1975	Portugal
Benim	1 de Agosto de 1960	França
Botsuana	30 de Setembro de 1966	Reino Unido
Burkina Faso	5 de Agosto de 1960	França
Burundi	1 de Julho de 1962	Bélgica
Camarões	1 de Janeiro de 1960	França
Cabo verde	5 de Julho de 1975	Portugal
República Centro Africana	13 de Agosto de 1958	França
Chade	11 de Agosto de 1960	França
Comores	6 de Julho de 1975	França
República Democrática do Congo	30 de Julho de 1960	Bélgica
República do Congo	15 Agosto de 1960	França
Costa do Marfim	4 de Dezembro de 1958	França
Djibouti	27 de Julho de 1977	França
Guiné Equatorial	12 de Outubro de 1968	Espanha
Egipto	28 de Fevereiro de 1922	Reino Unido
Eritreia	24 de Março de 1993	Etiópia
Etiópia	5 de Março de 1941	Itália
Gabão	17 de Agosto de 1960	França
Gâmbia	18 de Fevereiro de 1960	Reino Unido
Gana	6 de Março de 1957	Reino Unido
Guiné	2 de Outubro de 1958	França
Guiné-Bissau	10 de Setembro de 1974	Portugal
Quénia	12 de Dezembro de 1963	Reino Unido
Lesoto	4 de Setembro de 1966	Reino Unido
Libéria	26 de Julho de 1947	EUA
Líbia	24 de Dezembro de 1951	Reino Unido
Madagáscar	26 de Julho de 1960	França
Malawi	6 de Julho de 1964	Reino Unido
Mali	22 de Setembro de 1960	França
Mauritânia	28 de Novembro de 1960	França
Maurícia	12 de Março de 1968	Reino Unido
Marrocos	7 de Abril de 1956	França
Moçambique	25 de Julho de 1975	Portugal



Namíbia	21 de Março de 1990	África do sul
Níger	3 de Agosto de 1960	França
Nigéria	1 de Janeiro de 1960	Reino Unido
Ruanda	1 de Julho de 1962	Bélgica
São Tomé e Príncipe	12 de Julho de 1975	Portugal
Senegal	20 de Agosto de 1960	França
Seychelles	29 de Julho de 1976	Reino Unido
Serra Leoa	27 de Abril de 1961	Reino Unido
Somália	1 de Julho de 1960	Reino Unido
África do Sul	31 de Março de 1910	Itália
Sudão	1 de Janeiro de 1956	Reino Unido
Suazilândia	6 de Setembro de 1968	Reino Unido
Tanzânia	9 de Dezembro de 1961	Reino Unido
Togo	27 de Abril de 1960	França
Tunísia	20 de Março de 1956	França
Uganda	9 de Outubro de 1962	Reino Unido
Zâmbia	24 de Outubro de 1964	Reino Unido
Zimbabué	18 de Abril de 1980	Reino Unido

Fonte: <http://www.abed-defesa.org>

Tabela 1 – Lista de países africanos por data de independência



ANEXO B – GRUPOS AFRICANOS ANTAGÓNICOS

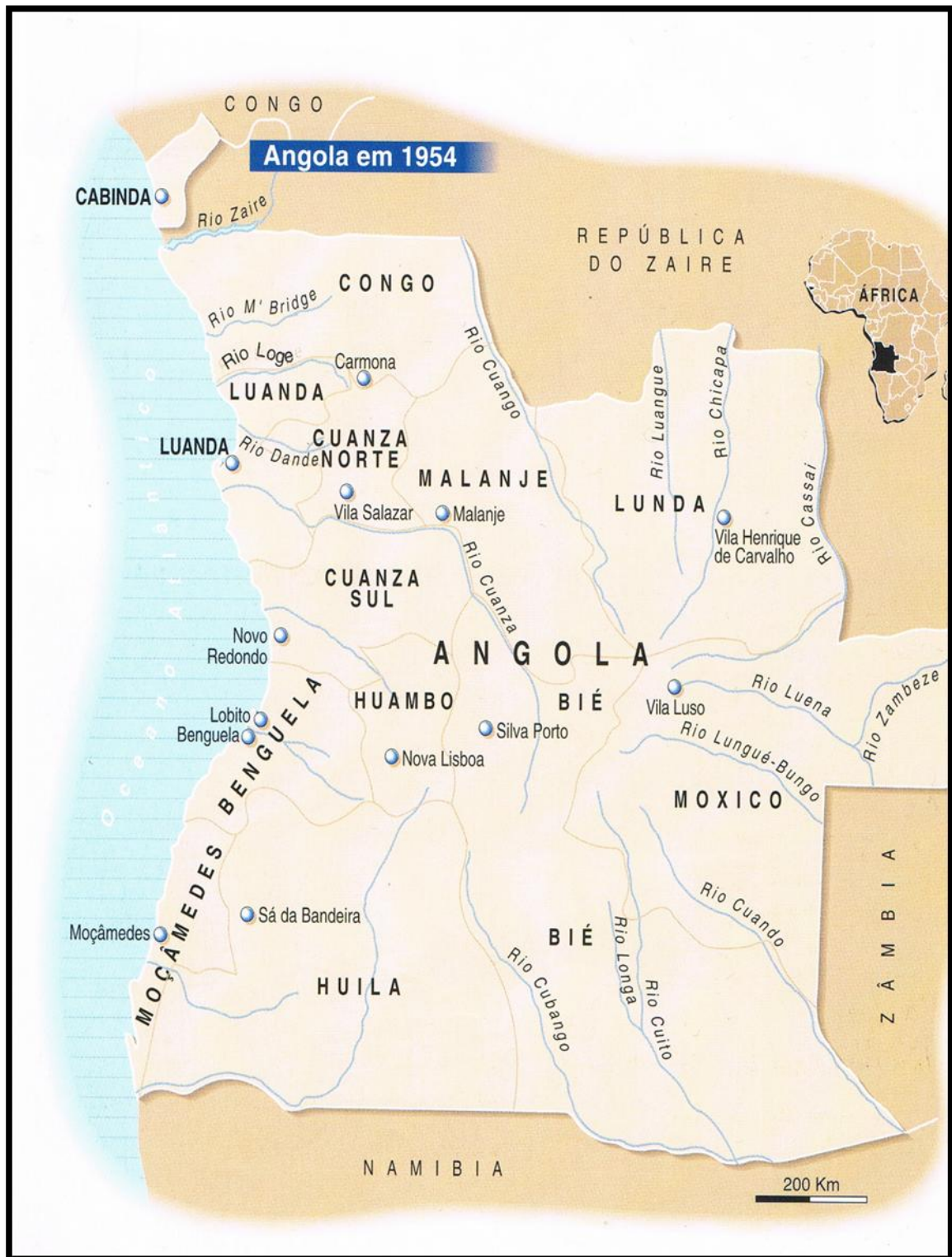


Fonte: Afonso; Gomes, 2000, Diário de Notícias.

Figura 1 – Mapa dos três grupos de países face a descolonização



ANEXO C – MAPA DE ANGOLA



Fonte: Afonso; Gomes, 2000, Diário de Notícias.

Figura 2 – Mapa de Angola com os principais rios



ANEXO D – ETNIAS DE ANGOLA



Fonte: Weeler; Pélissier, 2009, Tinta da China.

Figura 3 – Mapa das etnias de Angola



ANEXO E – PRODUÇÃO DE CAFÉ E ALGODÃO EM ANGOLA



Fonte: Afonso; Gomes, Diário de Notícias.

Gráfico 1 - Produção de café em Angola (1960 – 1967).

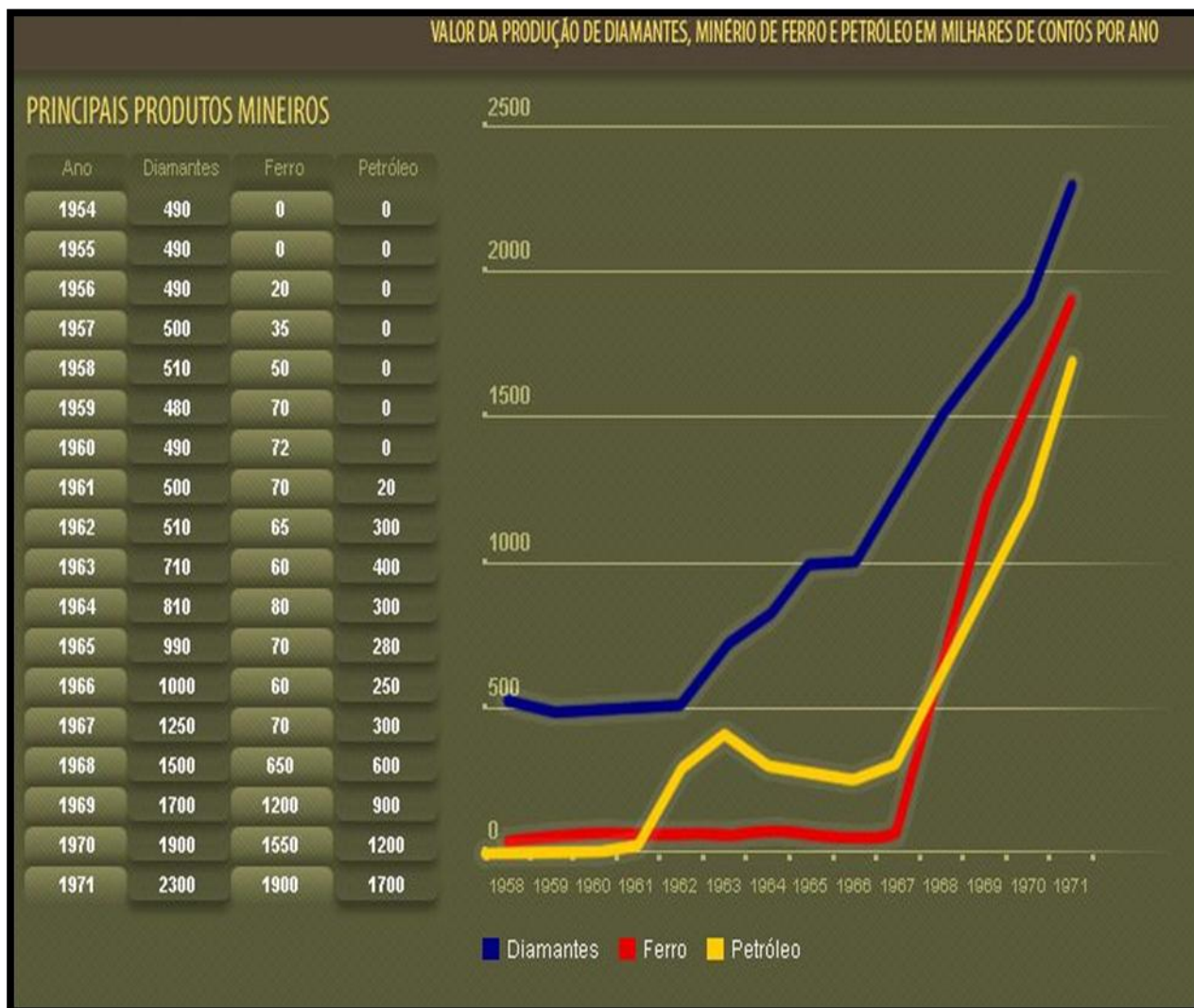


Fonte: Afonso; Gomes, Diário de Notícias.

Gráfico 2 – Exportação de algodão de Angola (1960 – 1967).



ANEXO F – PRINCIPAIS PRODUTOS MINÉRIOS DE ANGOLA



Fonte: Afonso; Gomes, Diário de Notícias.

Gráfico 3 - Valores de produção dos principais minérios de Angola



ANEXO G - REGIÕES POLÍTICO MILITARES DO MPLA

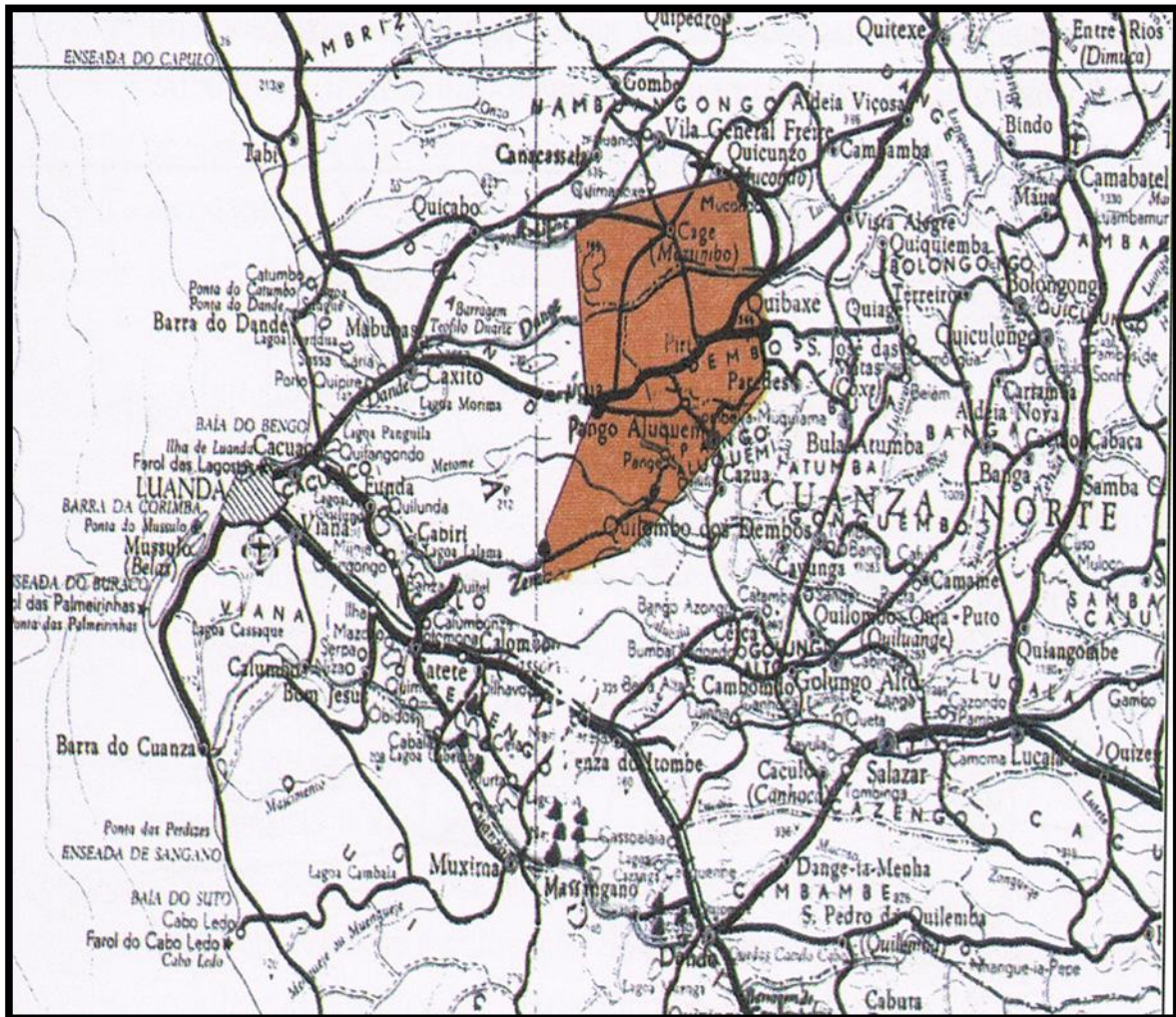


Fonte: Afonso; Gomes, 2000, Diário de Notícias.

Figura 4 – Mapa da localização das RPM do MPLA



ANEXO H – LOCALIZAÇÃO DO COMITÉ CLANDESTINO DE LUANDA

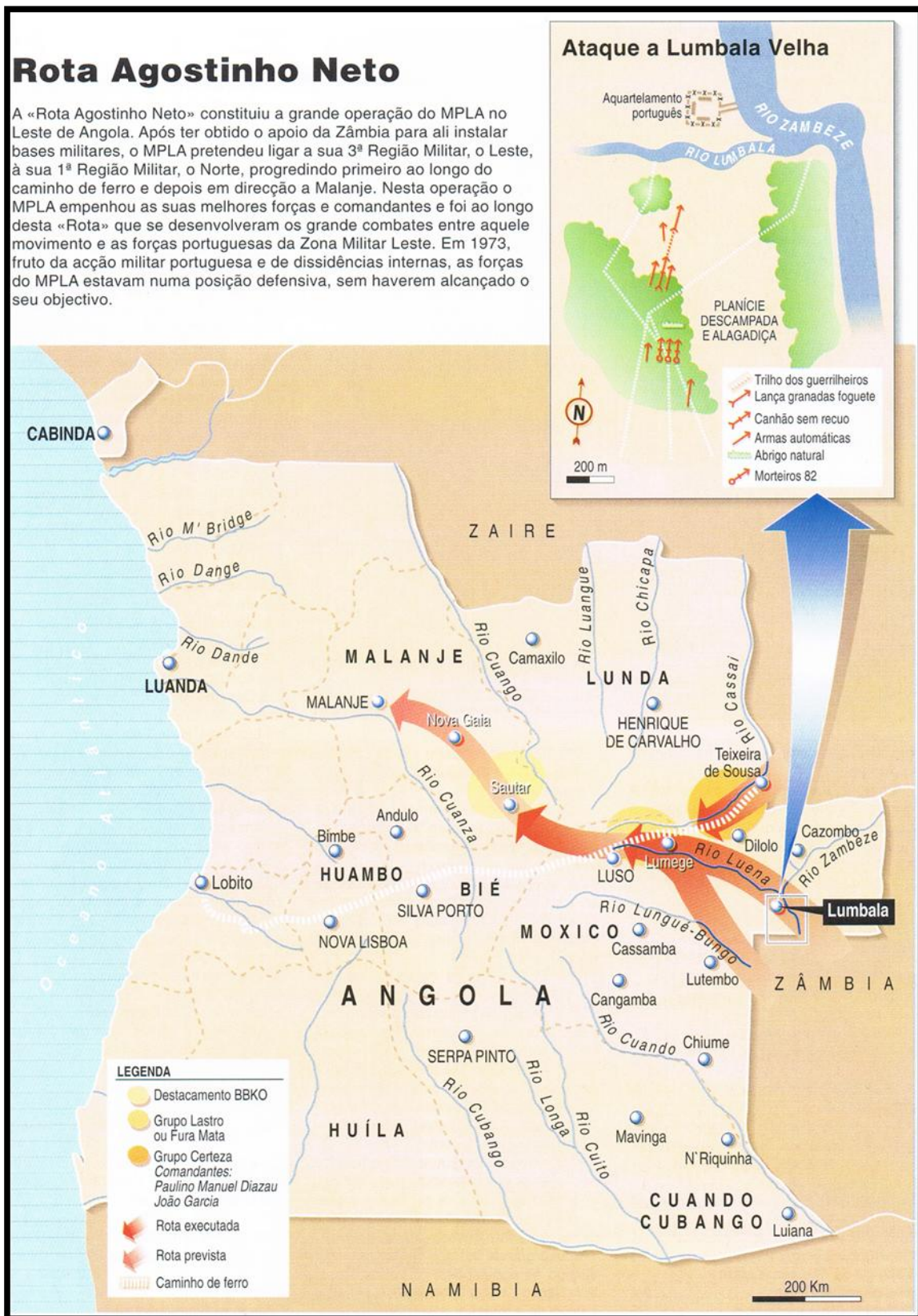


Fonte: CECA, 2006.

Figura 5 – Mapa da Localização do Comité Clandestino de Luanda



ANEXO I – LOCALIZAÇÃO DA ROTA AGOSTINHO NETO

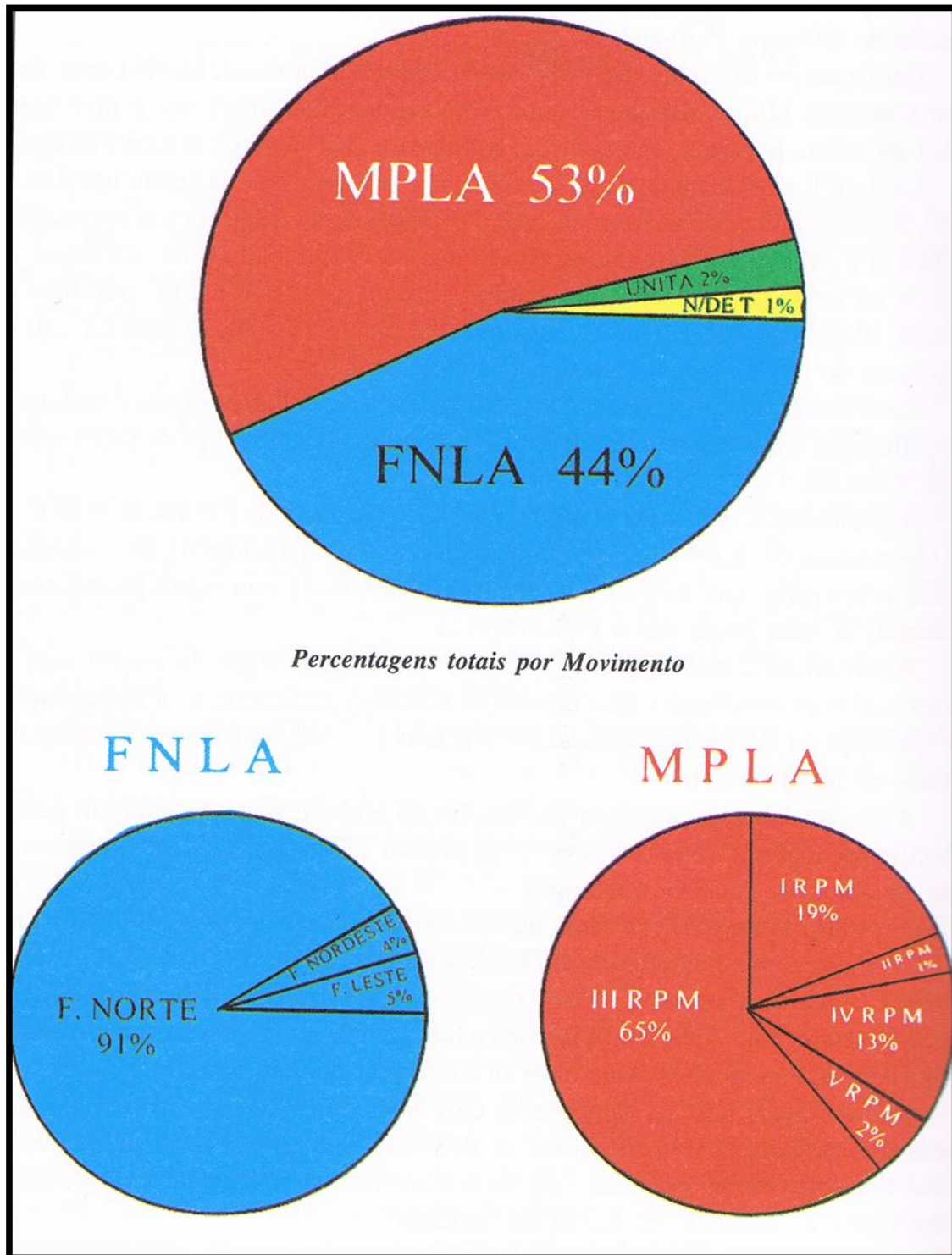


Fonte: Afonso; Gomes, 2000, Diário de Notícias.

Figura 6 – Mapa da ilustração da Rota Agostinho Neto.



ANEXO J – ACTIVIDADES DOS MOVIMENTOS

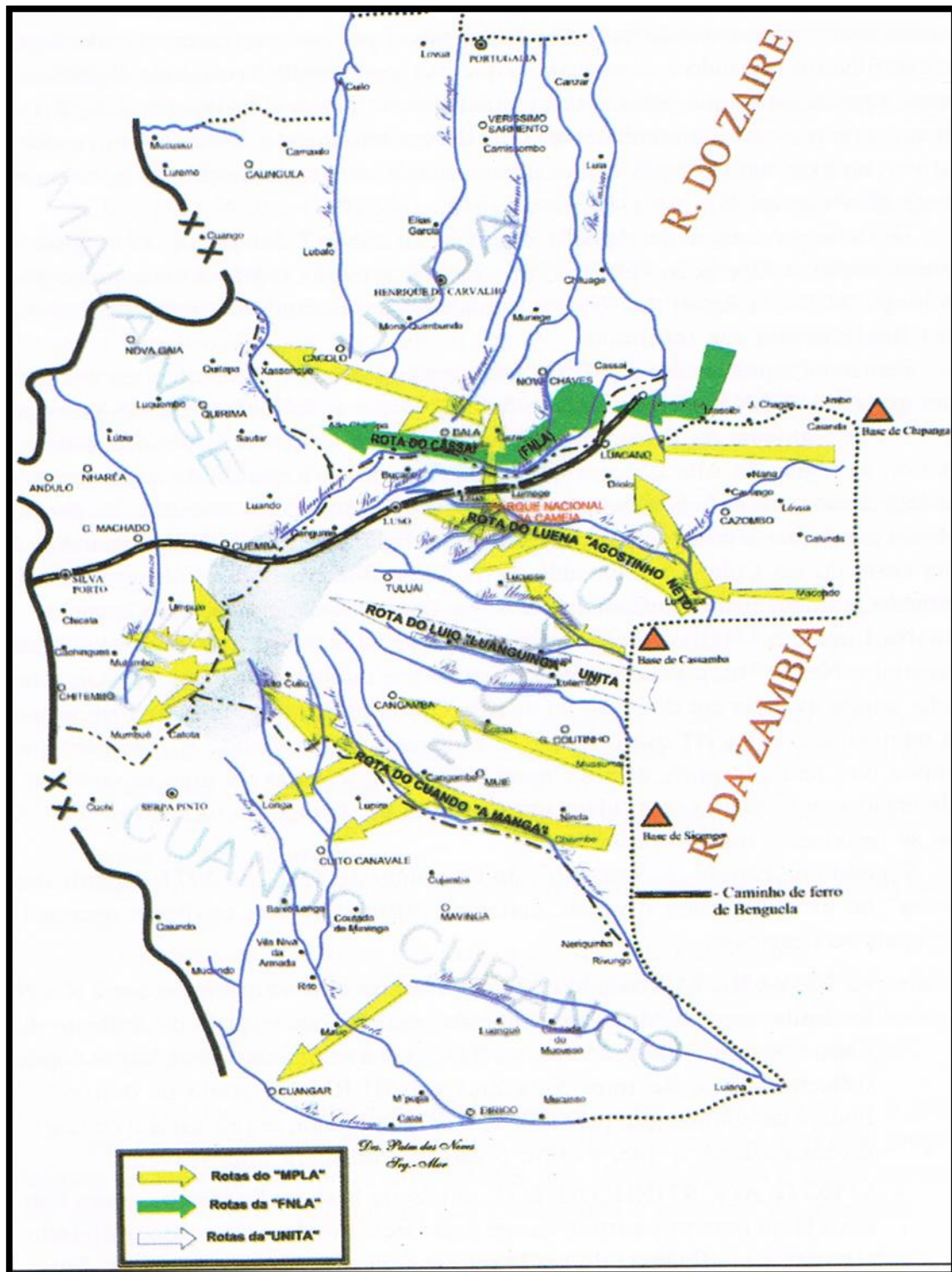


Fonte: CECA, 2006.

Gráfico 7 – Percentagens das actividades dos Movimentos em 1972.



ANEXO K – INFILTRAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO EM ANGOLA

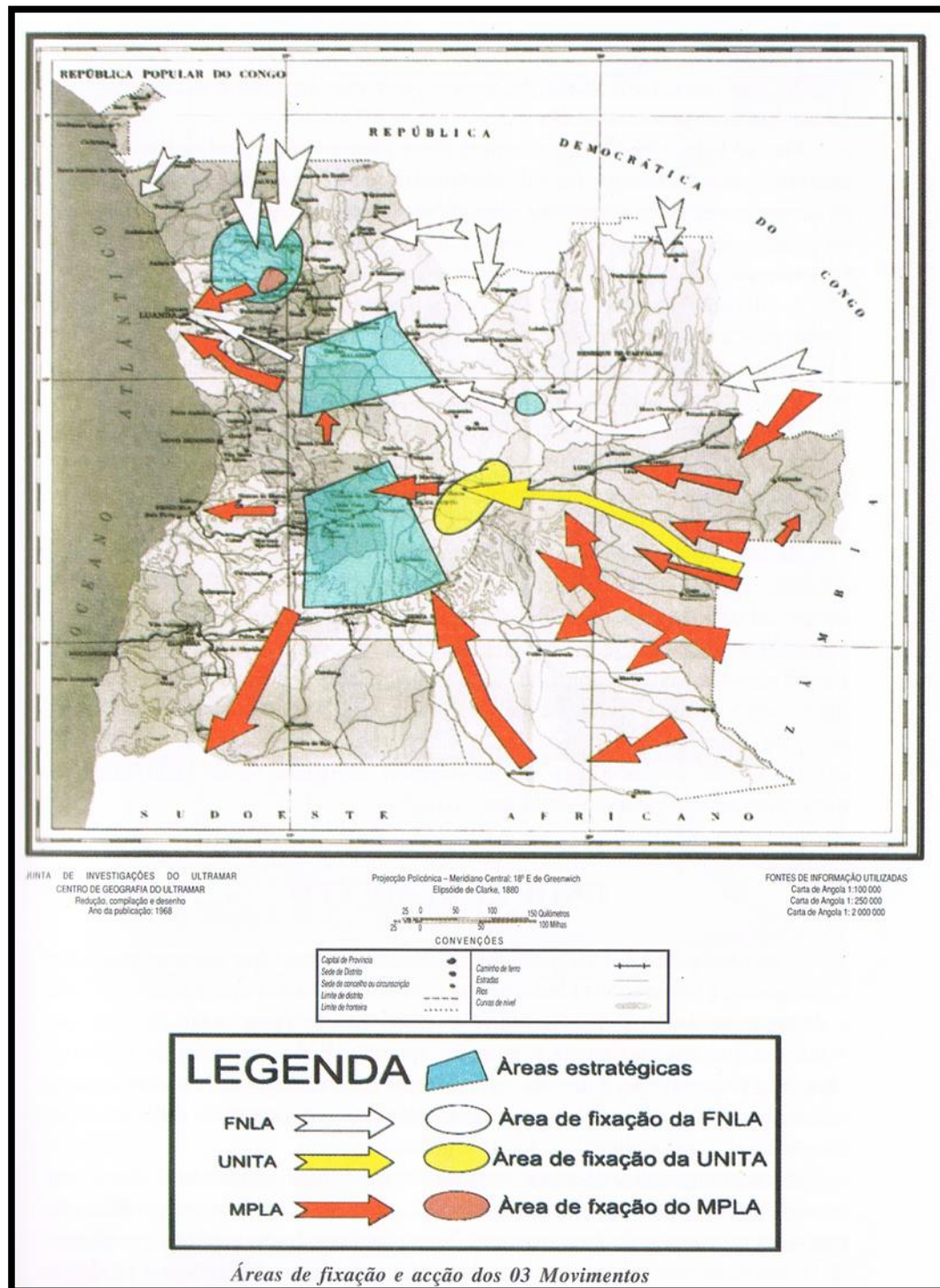


Fonte: CECA, 2006.

Figura 8 – Mapa das infiltrações por movimentos.



ANEXO L – ÁREA DE FIXAÇÃO E ACÇÃO DOS TRÊS MOVIMENTOS



Fonte: CECA, 2006.

Figura 9 – Mapa da área de fixação e acção dos três movimentos